



Ricardo Manuel Berto Saldanha

DORMITÓRIO URBANO

“UMA PROBLEMÁTICA SOCIAL (IN)SUSTENTÁVEL”

A rua como espaço de morar na metrópole do Rio de Janeiro.

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana e Ambiental da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Engenharia Urbana e Ambiental (Opção Profissional).

Orientador: Prof. Hugo Miguel Varela Repolho

Rio de Janeiro
Dezembro de 2014



Ricardo Manuel Berto Saldanha

DORMITÓRIO URBANO

“UMA PROBLEMÁTICA SOCIAL (IN)SUSTENTÁVEL”

A rua como espaço de morar na metrópole do Rio de Janeiro.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana e Ambiental da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Engenharia Urbana e Ambiental (Opção Profissional). Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Hugo Miguel Varela Repolho

Orientador

Departamento de Engenharia Industrial – PUC-Rio

Profa. Valéria Pereira Bastos

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof. Jean Marcel Novo

Departamento de Engenharia Civil – PUC-Rio

Prof. Jose Eugenio Leal

Coordenador Setorial do Centro

Técnico Científico – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 11 de Dezembro de 2014

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Ricardo Manuel Berto Saldanha

Graduou-se em Arquitetura na UML (Universidade Moderna de Lisboa) em 2008. Atualmente desenvolve atividade autônoma na área de projeto e arquitetura com experiência profissional adquirida em Portugal, Angola, Inglaterra, Índia e no Brasil. Desenvolve regularmente trabalhos de voluntariado com interesse no desenvolvimento de comunidades em extrema pobreza.

Ficha Catalográfica

Saldanha, Ricardo Manuel Berto

Dormitório urbano: “uma problemática social (in)sustentável” : a rua como espaço de morar na metrópole do Rio de Janeiro / Ricardo Manuel Berto Saldanha ; orientador: Hugo Miguel Varela Repolho. – 2014.

65 f. : il. (color.) ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Engenharia Civil, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana e Ambiental, 2014.

Inclui bibliografia

1. Engenharia civil – Teses. 2. Dormitório Urbano. 3. Migração. 4. Morador de Rua. 5. Sustentabilidade Social. I. Repolho, Hugo Miguel Varela. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Engenharia Civil. III. Título.

CDD: 624

À minha Mãe Laura,
pelo exemplo de força e valores humanos.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, um especial agradecimento a todos os moradores de rua que colaboraram com o presente estudo. Eles foram a principal fonte de inspiração e motivação para a elaboração da pesquisa.

A todos os meus colegas e amigos do curso de mestrado, pelos trabalhos em equipa, trocas de ideias em sala de aula, os jantares e churrascos de turma, e um especial agradecimento por toda a troca de experiências.

A todos os professores do Mestrado Profissional em Engenharia Urbana e Ambiental, que foram parte importante na construção da minha formação.

Ao Professor Hugo Varela Repolho, pela orientação e confiança, pela disponibilidade e acompanhamento da pesquisa.

À Priscilla Radd e sua família, minha especial amiga, colega de turma e de trabalho. Agradeço pela sua participação que teve em todo o processo, no acolhimento e em todo o carinho dedicado, e também, pela verdadeira amizade, facilitando a minha adaptação ao proporcionar menos dificuldades para viver no Brasil.

À família que me recebeu e abriu as portas quando cheguei ao Brasil, senhora São, Janaine, o senhor Luís e a pequena Vitória, agradeço com especial carinho.

À Aline Silvestre, pela colaboração em especial na fase final da minha defesa, pelo acompanhamento na realização das entrevistas, mas em particular o especial carinho dedicado.

E por fim, um especial agradecimento a todas as pessoas que participaram do meu crescimento e desenvolvimento, ao longo da minha vida. O resultado desta pesquisa, é também, fruto de todas as experiências e convivências com essas pessoas que me tornaram vencedor em diversos obstáculos.

Resumo

Saldanha, Ricardo Manuel Berto; Repolho, Hugo Miguel Varela (Orientador). **Dormitório urbano “Uma problemática social (in) sustentável”**. A rua como espaço de morar na metrópole do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014. 65p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Engenharia Civil, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O processo de industrialização das cidades caminha em paralelo com o aumento da pobreza urbana estimulando o debate sobre quais são as funções sociais da cidade. As grandes metrópoles Sul Americanas não são hoje capazes de acomodar o fluxo crescente de migrantes, maioritariamente vindos de áreas rurais. Com o aumento do desemprego e da pobreza, vive-se hoje, uma preocupação de sustentabilidade social estimulada pelo crescimento de grupos vulneráveis, excluídos da sociedade. Os “sem-abrigo” constituem um dos grupos mais preocupantes das grandes metrópoles que as utilizam como dormitório. Esta tese propõe-se estudar a realidade dos sem-abrigo da cidade do Rio de Janeiro. Neste processo pretende-se avaliar quais as suas origens, os motivos que os levaram à situação de rua, a perspectiva de atração económica da cidade e quais as dificuldades e facilidades encontradas na integração social urbana. A avaliação do grupo de exclusão de sem-abrigos é feita com base em questionários de rua. No final pretende-se chegar a uma classificação dos diversos tipos de moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro, definir um novo conceito designado de dormitório urbano e identificar as estratégias de sobrevivência adotadas pelos grupos excluídos.

Palavras-chave

Dormitório Urbano; Migração; Morador de Rua; Sustentabilidade Social.

Extended abstract

Saldanha, Ricardo Manuel Berto; Repolho, Hugo Miguel Varela (Advisor). **Urban dormitory “A social problem (in) sustainable” The street as a place to live in the metropolis of Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2014. 65p. MSc. Dissertation – Departamento de Engenharia Civil, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The research characterizes the social class of the "homeless" within an urban context, and the limit area the center of Rio de Janeiro.

The study points out that Brazil walked for decades in parallel with industrialization and urbanization, a process that resulted in the intense migration, where rural migrant found in major growth centers are economic integration space. However, this phenomenon is not happening in a balanced way, causing extreme crowding in the cities and total abandonment in other regions, other words, the intense migratory movement is no longer absorbed by the job opportunities before existing in urban centers.

It is observed so that migrants are often due to rupture processes, when the exit, leaving your region for lack of alternatives, and when in the new destination arrival, live a confrontation with the reality of the metropolis. This route usually traumatic, makes migration path a "migration blow hard and deep" because they face unemployment and the high income "required" to live in the capital of Rio.

So, the migrant without having to return option for your region, one can see "without a roof" in a new land that is not yours, and "no salary, no job" and excluded from society, becoming, by therefore disconnected both the city and the countryside. So is suffering exclusion, and often hopeless and homelessness.

The metropolitan region of Rio de Janeiro is pointed out at academic and public debates as "city or town exclusion of social apartheid" (Ribeiro, 2000). Cristovam Buarque (2000) reports, in his book "In the middle of the street," the existence of a group of homeless who inhabit the streets of Rio de Janeiro and is an excluded community or even invisible to the rest of the population, confusing themselves with the urban of daily life landscape. The problem of segregation, social and physical / spatial division of Rio de Janeiro is therefore current topic of concern of Rio society (Passos, 2000).

The importance of the problem of social segregation in urban centers, particularly in Rio de Janeiro, makes it imperative the study and discussion of the causes that lead to social and spatial inequalities (Pegoretti & Sanches, 2004). One of the causes of urban social discrimination arises from social exclusion in rural areas, where "most of the population is excluded from the benefits of modernization brought by cities, from the most basic subsistence goods, to inclusion in cultural goods, access to fundamental and higher education"(Passos, 2000).

The migration flows from rural to urban areas appear to exist exclusion of problem solvers in rural areas and eventually increase the number of homeless in urban centers (Bursztyn, 2000). There is a replacement of social abandonment of rural areas by urban social exclusion.

In this perspective it is worth highlighting the spatial configuration of the state of Rio de Janeiro who qualifies for a profile of centralization and concentration of population, activities and resources (Davidovich, 2013). This attractive framework motivates internal migration of rural people to the city, starting a phenomenon that was marked by the great mass transfer in the last decades of "globalization" (Bursztyn, 2000). This background has given rise to new city occupation strategies, both in livelihood strategies and in particular, the appropriation of the street \ public space as a dormitory (Bursztyn, 2000).

Another phenomenon it is capitalism, understood as an economic system that moves the world of work, the main approach in the development of work in the XX century this activity becomes the most important element of the social being (Navarro, 2007), also responsible for social hopelessness, the lack of money and recognition in the context where the element incorporates this scenario is particular note reason in the urban development reality that Rio de Janeiro faces in these last few decades (Portela et al., 2013).

Currently according to data from IBGE (2013), the population of Rio de Janeiro is estimated at more than 16 million people, living in 92 municipalities of the state of Rio de Janeiro, in a land area of extension of 43,780.172 km². Among the 16 million individuals, Davidovich (2013) estimated that only the metropolitan area hostel about 11.5 million, of which approximately 55% live in the state capital and 45% in the outskirts of Rio de Janeiro. Within this context we discuss whether urban density, which intends to follow the principles of

sustainable development, focused on the socioeconomic characteristics of the region, aiming to improve the quality of life of the population (Portela et al., 2013).

In the density studies, according Portela et al., 2013, there is a division of two criteria that are discussed adverse among planners. A group defends the high density and other low density, such as standard system better life. The first assumes that ensures maximization of public investments, which include: infrastructure, services and transport. The second supports the idea that low densities facilitate the handling of local solutions such as water supply and basic sanitation, adequate for a process of gradual improvements over time. (Acioly & Davidson, 1998).

The result of these criterion, not yet adapted to a possible ideal choice for the Brazilian reality, promotes A pendulum impact movement that often results in temporary migration, or even permanent, people. It can be said, in general, the intense migratory flows seen in recent decades are responsible for the process of new space assignments population and urbanization (Randolph & Gomes, 2007).

Given this discussion, what is happening is a reality of organization of a city, which is defined as a center with the largest urban services and infrastructure benefited. This center, opportunities generator, is occupied by the social classes of higher income. In contrast, the peripheries are excluded occupied by the social system, other words, the space serves as exclusionary element (Portela et al., 2013).

Besides the issue of division of urban space, between "rich and poor", is in addition to the difficulty of displacement. The city of Rio de Janeiro is currently facing a serious crisis in mobility, becoming the 3rd most congested city in the world, according to studies by TomTom Traffic Index (2013).

The present study suggests a review of prospects for the use of urban space as a dormitory. The intense migratory flow, associated to the lack of definition of ideal urban density criteria, motivated a deepening of the different reasons why the existence of homeless people, and the reasons why this reality continues to grow. How does urban infrastructure affects this choice of life as possible only option?

This theme is alarming, because "Instead of cities of iron and glass, dreamed by architects, the world is actually being dominated by slums" (Maricato, 2003). In this study we do not intend to deepen the topic of slums, but it is important to highlight the relationship of this phenomenon, with urban expansion. Davis (2006) studies this relationship.

Urban expansion is still associated with the creation of areas with concentration of "dangerous classes", Valadares (2006). To define "dangerous classes", the author Oliveira (2010) cited the authors Mary Carpenter and Malaguti Batista, who used the term "social group formed in the margins of the civil society", to define the populations that adopted a "survival strategy which placed them operating outside the law "and, therefore, the lack of social integration strategies, have become" classes spread of disease and violence. "However, the concept of dangerous classes is simply defined as "dangerous because poor" (Oliveira, 2010 apud, Baptist, p. 37, 2003).

The phenomenon of urbanization is easily understood to the extent that rural areas are generally devoid of modernization (Brito, 2009). Today we live concentrated in cities, This phenomenon is the result of globalization.

Mike Davis (2006) mentions in his book, the warning expressed by the World Bank during the 1990s when, urban poverty would become "the most important problem" that would draw more attention and political discussions of the XXI century. While reinforcing this idea, with the statement of Milton Santos (2009), in his book "Urban Poverty" he says that "urbanization and poverty are deeply connected phenomena." The Brazil, performing these statements also presents a worrying trend of huge social and economic inequality, with high levels of poverty (Barros et al., 2001).

"Brazil is not a poor country, but a country with many poor people" (Barros et al., 2001).

So within this context of urban poverty that includes inequalities and social instability, it is worth reflecting on the impact the urban environment has had on the residents. Ask about "What is the point for the city," and if it serves to provide safety and comfort, to ensure the development and prosperity, or if the city is serving to generate more poverty, more misery, more violence, more

inequality, and thus generate larger irreversible social and environmental impacts, has become a question mark both for people born in them, as well as to people who have migrated to it and which think of doing the reverse movement (Davis , 2006).

Over the last few years it was observed that the phenomenon of urbanization and capitalism was not able to build an egalitarian pact opportunities and social improvements for all characters that inhabit the city.

In this study are tried to contextualize the reality of social exclusion living this parcel of the population living in street situation, with the approach of the main problems and developed survival strategies. As a way of better understanding the homeless profile in the city of Rio de Janeiro, had the collaboration of 34 interviewees.

Such persons, lonely and anonymous, helped us to understand that the homeless it is a group in pursuit of survival, dignity and respect, with dreams and hope.

This scenario is illustrated by the people living on the streets, a heterogeneous, diverse group, but they have in common the "extreme poverty", the "broken family ties or weakened" and the "lack of adequate housing" (Ferreira, 2006).

It can be seen, in this outlook, that new concepts of society take proportion, and that increasingly conquer space in the scenario of urban poverty. This theme already highlighted, both in academia, such as news, discusses the new ways of living in urban areas, in particular, the great wave of fear and insecurity that spreads in society. So concludes with this statement, which the city lives today a new age, requiring a study of new strategies targeting immediate actions of social integration.

Remarkable, that urbanization presents itself as a worldwide phenomenon, raising concerns in both aspects of environmental impact associated with the uncontrolled geographical growth of cities, as in social life environment. The growth of new groups, occupants of the city and with new survival strategies, generate social unsustainability, instability, insecurity, urban chaos, violence, density, increases the informal market, increase traffic, and increases the streets option to "dormitory urban ". This panorama is the result of the city's occupancy limits have long since passed.

Big events held in the city of Rio de Janeiro, for example, the Confederations Cup, the World Youth Day and the World Cup 2014, made some strategies were taken for the homeless. Such strategies have proved effective, as only disguised the situation, "expelling them" tourist city and central areas; so reported most of the "homeless" in interviews.

Taking into consideration upcoming events like the 2016 Olympics, it is unclear what measures will be taken to a real solution, because the social function of the city is increasingly compromised and unable to respond to fundamental rights which are of the whole society and that they should meet both those who live there, as to those who are used.

From this study, it was concluded, more clearly, that this is a new social structure, as presented increasingly growing, and that proves to be runaway situation. The states have to find a way of integrating their own people, in order to minimize the disproportion of "urban spot". The lack of infrastructure, such as public services, safety programs and education, health, popular character of housing, public transportation, sanitation among others, are to these regions, both factors of expulsion and attraction.

Therefore, the implementation of this equipment would ensure, at all, equal conditions to enjoy the goods produced by civilization. It is therefore concluded that the access to these conditions is not available for a few, or only in urban centers.

Lastly, it is noteworthy that we reach the end of this research with different open playing fields, and new educational opportunities. The author suggests a study of social policies, existing to be adopted for the coming years and that aims at minimizing the portrait of social inequality that is the city of Rio de Janeiro. It is therefore concluded, with the confidence that every end is always a new opportunity for new beginnings.

Keywords

Urban Dormitory; Migration; Homeless; Social Sustainability.

Sumário

1.INTRODUÇÃO	16
1.1.Contextualização	16
1.2.Motivações	18
1.3.Linha de Pesquisa.....	18
1.4.Pergunta.....	20
1.5.Objetivos	20
1.6.Metodologia.....	21
1.7.Estrutura do Trabalho.....	22
2.HABITAÇÃO E MORADOR.....	23
2.1.Conceito de habitação.....	23
2.2.Classificação do morador de rua.....	26
2.2.1. Pessoas sem endereço fixo que possuem atividade própria.....	27
2.2.2. Pessoas sem endereço fixo e sem atividade de sustentação própria	28
2.2.3. Pessoas que possuem endereço, mas que permanecem a maior parte do seu tempo na rua, e que possuem atividade própria.....	29
2.2.4. Pessoas que possuem endereço, mas que permanecem a maior parte do seu tempo na rua, e sem atividade de sustentação própria	30
2.3.Para que servem o teto e as paredes?	31
3.MIGRAÇÃO E A CIDADE.....	33
3.1.Dinâmicas de migração	33
3.2.Para que serve a cidade?.....	41
4.OS MORADORES DE RUA DO RIO DE JANEIRO	44
4.1.Perfil do morador de rua.....	44
4.1.1. Roteiro da entrevista feita aos moradores de rua.....	46
4.2.Quem são?.....	47
4.3.Histórias de vida.....	51
5.CONCLUSÃO.....	57
REFERÊNCIAS.....	61

Lista de Figuras

Figura 1 Dinâmica de migração.	19
Figura 2 Estados e regiões de origem dos moradores de rua:	47
Figura 3 Gráfico da relação idade - tempo de rua, entre 30 e 45 anos:	48
Figura 4 Gráfico da relação idade - tempo de rua, entre 46 e 70 anos:	49

Lista de tabelas

Tabela 1 Descrição dos parâmetros da migração.	33
Tabela 2 Descrição das variações temporais do migrante.	34
Tabela 3 Fatores que motivam a migração.	38

Lista de abreviaturas e siglas

BRs- Bus Rapid Service (Serviço Rápido de Transportes).

DIEESE- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio econômicos.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

MRE- Ministério Das Relações Exteriores.

ONU- Organização das Nações Unidas.

PDTU- Plano Diretor de Transporte Urbano. SEADE- Sistema Estadual de Análise de Dados.

SUAS- Sistema Único de Assistência Social

“Nascer pequeno e morrer grande, é chegar a ser homem. Por isso nos deu Deus tão pouca terra para nascimento, e tantas para a sepultura. Para nascer, pouca terra; para morrer toda a terra. Para nascer, Portugal: para morrer, o mundo”.

Padre António Vieira, (século XVII)

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é apontada em debates acadêmicos e públicos como “cidade da exclusão ou cidade da apartheid social” (Ribeiro, 2000, p1.). Cristovam Buarque (2000) relata, no livro “No meio da rua”, a existência de um grupo de sem abrigos que habitam as ruas do Rio de Janeiro e que constitui uma comunidade excluída ou, até mesmo, invisível para a restante população, confundindo-se com a paisagem urbana do cotidiano. O problema da segregação, da divisão social e física/espacial do Rio de Janeiro é, portanto, tópico atual de preocupação da sociedade carioca (Passos, 2000).

A importância do problema da segregação social nos grandes centros urbanos, em particular do Rio de Janeiro, torna imperativo o estudo e discussão das causas que levam às desigualdades sociais e espaciais (Pegoretti & Sanches, 2004). Uma das causas desta discriminação social urbana advém da exclusão social dos meios rurais, em que “a maioria da população fica excluída dos benefícios da modernização trazida pelas cidades, desde os mais básicos bens de subsistência, até à inserção nos bens culturais, pelo acesso à educação fundamental e superior” (Passos, 2000, p.120-128). Os fluxos migratórios dos meios rurais para os meios urbanos aparecem como solucionadores do problema da exclusão existentes nas áreas rurais, acabando por incrementar o número de sem abrigo dos grandes centros (Bursztyn, 2000). Há uma substituição do abandono social dos meios rurais pela exclusão social urbana.

Nesta perspectiva vale destacar a configuração espacial do estado do Rio de Janeiro que se qualifica por um perfil de centralização e de concentração de população, atividades e recursos (Davidovich, 2013). Esse quadro atrativo motiva a migração interna do povo rural para a metrópole, dando início a um fenômeno que foi marcado pela grande transferência em massa nas últimas décadas da “globalização” (Bursztyn, 2000). Esse panorama deu lugar a novas estratégias de ocupação da cidade, tanto nas estratégias de subsistência como em particular, na apropriação da rua\espaço público como dormitório (Bursztyn, 2000).

Outro fenômeno é o capitalismo, entendido como sistema econômico que movimenta o mundo do trabalho, como principal abordagem no desenvolvimento

do trabalho no século XX esta atividade passa a ser o elemento fundante do ser social (Navarro, 2007), responsável também pelo desespero social, pela falta de dinheiro e de reconhecimento no contexto em que o elemento se insere este cenário é motivo de atenção em particular na realidade de desenvolvimento urbano que o Rio de Janeiro enfrenta nestas ultimas décadas (Portela et al., 2013).

Atualmente, segundo dados do IBGE (2013), a população do Rio de Janeiro está estimada em mais de 16 milhões de indivíduos, habitando os 92 municípios do estado do Rio de Janeiro, em uma extensão de área territorial de 43.780,172 km². Dentre os 16 milhões de indivíduos, Davidovich (2013) estima que só a região metropolitana albergue cerca de 11,5 milhões, dos quais aproximadamente 55% residem na capital do estado e 45% na periferia da cidade do Rio de Janeiro. Dentro deste contexto é abordada a questão de densidade urbana, que se propõe seguir os princípios do desenvolvimento sustentável, focada nas características socioeconômicas da região, objetivando melhorar a qualidade de vida da população (Portela et al., 2013).

Nos estudos de densidade, ainda segundo Portela et al., (2013), existe uma divisão de dois critérios adversos que se discutem entre planejadores. Um grupo defende a alta densidade e outro a baixa densidade, como sistema de padrão de melhor condição de vida. O primeiro, parte do princípio que se garante uma maximização dos investimentos públicos, nos quais se incluem: infraestruturas, serviços e transportes. O segundo defende a ideia de que baixas densidades facilitam o manuseamento de soluções locais como abastecimento de águas e saneamento básicos, adequados a um processo gradual de melhorias ao longo do tempo (Acioly & Davidson, 1998).

O resultado destes critérios, ainda não adaptados a uma possível escolha ideal para a realidade Brasileira, promove um movimento pendular em que muitas das vezes resulta na migração temporária, ou mesmo permanente, das pessoas. Pode afirmar-se, de uma maneira geral, que os intensos fluxos migratórios verificados nas últimas décadas são responsáveis pelo processo de novas atribuições espaciais da população e da urbanização (Randolph & Gomes, 2007).

Dada esta discussão, o que se verifica é uma realidade de organização de uma cidade, a qual se define como um centro dotado de maiores serviços urbanos e beneficiado de infraestruturas. Este centro, gerador de oportunidades, é ocupado pelas classes sociais de mais alta renda. Em contrapartida, as periferias são

ocupadas pelos excluídos do sistema social, ou seja, o espaço atua como um elemento de exclusão (Portela et al., 2013).

Além da problemática da divisão do espaço urbano, entre “ricos e pobres”, soma-se a dificuldade de deslocamento. A cidade do Rio de Janeiro enfrenta atualmente uma grave crise na mobilidade, se tornando a 3ª cidade mais congestionada do mundo, segundo os estudos de TomTom Traffic Index (2013).

O presente estudo sugere uma perspectiva de análise para o uso do espaço urbano como dormitório. O intenso fluxo migratório, associado à falta de definição de critérios de densidade urbana ideal, motivou um aprofundamento sobre as diferentes razões que levam a existência de moradores de rua, e as razões pelas quais essa realidade continua crescente. De que forma a infraestrutura urbana interfere nessa escolha de vida como uma possível única opção?

1.2. **Motivações**

A escolha do tema desta pesquisa assenta em preocupações pessoais do autor. O autor procurou aprofundar os conhecimentos sobre as problemáticas de sustentabilidade social e de combate à pobreza. O tema escolhido insere-se no fenômeno da “Pobreza Urbana”, que é atualmente entendido como “o problema mais importante [...] do século XXI” (Banco Mundial, 1990).

O autor deste estudo motivou-se pela oportunidade de utilizar o tema “Pobreza Urbana” como um contributo adicional às suas diversas experiências dentro do campo de ação do desenvolvimento social e de combate à pobreza, tanto na Europa, como em África e na Ásia. Assim, o estudo do conhecimento científico da realidade social e cultural brasileira soma-se às suas vivências, dentro de um contexto Sul Americano.

1.3. **Linha de Pesquisa**

O tema da problemática social insere-se na linha de pesquisa de Infraestrutura e sustentabilidade do Mestrado Profissional de Engenharia Urbana e Ambiental, que inclui conceitos relativos à inclusão social e questões de organização urbana e do meio ambiente.

Será caracterizado o conceito de Dormitório Urbano, vinculando-se à problemática da exclusão social. Pretende-se descrever e compreender a apropriação do espaço público urbano, como dormitório de pessoas que migraram para o centro do Rio de Janeiro, e que vivem em situação temporária de rua - “os sem abrigo” (Demo, 1998).

As temáticas da luta contra a pobreza e a exclusão social, são assuntos de grande destaque mundial. Esta pesquisa contribuirá para o estudo deste fenômeno preocupante, procurando colaborar para a inclusão de grupos sociais, ainda marginalizados.

O cidadão “morador de rua ou sem-abrigo” é descrito pelos autores Monteiro et al., (2013), como um ser invisível no contexto social, e que está objetivamente exteriorizado e desconectado da comunidade. Desta forma, diante da posição social dos “sem abrigo”, que já é caracterizada pelos difíceis e fortes desafios de integração social, torna ainda mais fácil um entendimento de sua fragilidade, quando este cidadão se desloca de outros estados ou localidades distantes, desvinculando-se dos seus contatos familiares e das suas redes sociais de origem.

A figura 1 representa o objeto de estudo em formato de “modelagem conceitual”. A mesma mostra o fenômeno de deslocamento de pessoas de suas próprias residências (casas) para o centro das grandes metrópoles, onde optam a viver em situação de rua.

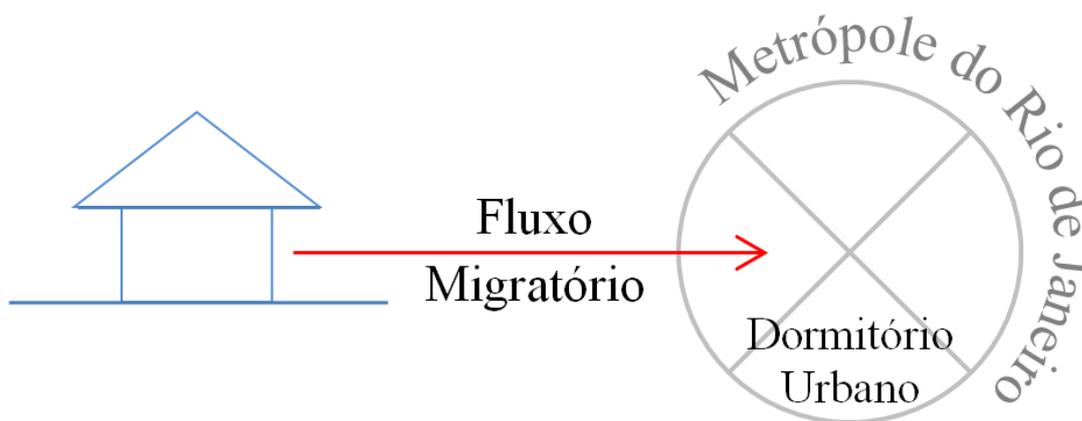


Figura 1 Dinâmica de migração.

A linha de pesquisa apresenta, como objeto de estudo os seguintes tópicos teóricos:

- **Urbanismo e Sustentabilidade:** a infraestrutura como padrão de organização espacial sustentável;
- **Migração:** Fenômeno social de deslocamento de pessoas para fora das suas localidades;
- **Sem-Abrigo:** fenômeno de exclusão social que retrata o público residente, nas ruas das cidades.

1.4. Pergunta

Ao final deste trabalho, o autor pretende dar resposta à seguinte questão:

Como pode ser entendida a migração e a permanência das pessoas no centro da cidade do Rio de Janeiro, mesmo que em situação de rua?

1.5. Objetivos

O objetivo do presente trabalho é entender os diferentes motivos que levam as pessoas a utilizarem o espaço público urbano como dormitório, e as razões pela qual essa situação continua crescente.

Pretende-se fomentar maior discussão no campo científico sobre um fenômeno que não é suficientemente discutido entre nós. Assim como relata Ferreira (2006): o fenômeno de migrantes que chegam à grande cidade e tornam-se sem-abrigo.

Os objetivos específicos definidos são:

- Entender as dinâmicas de migração: identificar e levantar as razões que favorecem, ou induzem a manutenção e reprodução de dormitórios urbanos, para pessoas que se deslocam das suas localidades, habitando em situação de rua no centro da cidade.
- Traçar o perfil genérico que caracteriza os migrantes.
- Conhecer histórias de moradores em situação de rua da metrópole do Rio de Janeiro.

- Apresentar critérios de sustentabilidade social e urbana como estratégia de integração espacial.
- Compreender de que forma a infraestrutura urbana interfere na qualidade de vida do habitante da cidade.

1.6. Metodologia

A pesquisa terá caráter exploratório com base no conteúdo de análises biográficas. Será feita uma ação de campo para a coleta de informações, tanto de caráter visual e fotográfico, como escrito.

No contexto da metodologia aplicada foram elaboradas algumas perguntas semiestruturadas de campo para a investigação, tendo como base as seguintes questões gerais:

- Porque esta população tornou-se migrante?
- Porque estes migrantes se tornaram sem abrigo na metrópole do Rio de Janeiro?
- Sendo trabalhadores e pessoas ativas, o que os levam a permanecer na situação de rua?

Para a realização dessa investigação, em primeiro plano, realizar uma investigação social para se conhecer o fenômeno “migração-situação de rua” em toda a sua extensão, ou seja, foram entrevistadas pessoas que vivem em “Dormitório Urbano – os Sem Abrigo”, permitindo assim, uma lógica compreensiva e profunda.

E em segundo plano, caracterizou-se a população migrante que está em situação de rua, na capital do Rio de Janeiro, desenhando o seu perfil e as principais razões que justificam este panorama.

1.7. Estrutura do Trabalho

A dissertação de mestrado está dividida em V capítulos, dos quais os capítulos I e V são respectivamente, a introdução e a conclusão. Os capítulos restantes estão organizados da seguinte forma:

O Capítulo II (Habitação e Morador) visa definir a moradia como conceito de habitação e confrontá-lo com o modo de viver nas ruas.

O Capítulo III (Migração e a Cidade) descreve o entendimento das dinâmicas de migração interna e as razões responsáveis que motivam o deslocamento de pessoas das suas áreas de origem para a capital do Rio de Janeiro.

O Capítulo IV (Os moradores de rua do Rio de Janeiro) é dedicado à caracterização dos diferentes perfis dos moradores de rua, suas histórias, razões e os impactos sociais e ambientais.

O Capítulo V, para além das conclusões, introduz sugestões de pesquisas futuras.

2. HABITAÇÃO E MORADOR

A pobreza urbana, “o problema mais importante e politicamente explosivo do século XXI”.

Banco Mundial, 1990

2.1. Conceito de habitação

Este capítulo visa abordar o tema da habitação e relacionar a posição de vida do morador de rua. De uma maneira geral, pode dizer-se que o acesso a uma habitação condigna é de direito a todas as pessoas, como documentado no DECRETO Nº 591 (Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, 1992). Este documento apresenta também no ARTIGO 11, que todos os estados do presente pacto, do qual o Brasil faz parte, terão de tomar medidas para assegurar “alimentação, vestimenta e moradia adequadas a todas as pessoas e suas famílias”. Esta não é, contudo, a realidade brasileira, apesar da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, apresentar no caput do artigo 6º, dentre outros direitos sociais, o direito à moradia.

O crescimento populacional, a migração acelerada para as áreas urbanas e a escassez de alternativas de emprego (Brito, 2009) são possivelmente as principais razões para a existência de moradores em situação de rua, na capital do Rio de Janeiro. As mesmas razões estão na origem da proliferação de habitação ilegal, ou em condições inadequadas (cortiços ou favelas), na região metropolitana e periferias (Davis, 2006).

Relacionar somente os sem abrigo ou os sem teto, ao modo de habitar inadequado, seria incorreto. Vários estudos na projeção mundial se dedicam a desenvolver e conceituar as diferentes categorias de habitação. Uma das que mais prende a atenção de pesquisadores são aquelas relativas aos fenômenos da favelização. Esta generalização é o principal tema do relatório “O desafio das favelas” publicado, em outubro de 2003, pelo programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas (UM-Habitat).

A história das favelas, especificamente no Rio de Janeiro, desperta ainda hoje, o interesse de muitos estudiosos. Diversos artigos e livros debatem as origens, problemáticas e o futuro das favelas. O tema é alarmante, porque “Em vez das cidades de ferro e vidro, sonhadas pelos arquitetos, o mundo está, na

verdade, sendo dominado pelas favelas” (Davis, 2006, p207.). Neste trabalho não se pretende aprofundar o tema da favelização, mas é importante destacar a relação deste fenômeno, com a expansão urbana. Davis (2006) estuda essa relação.

A expansão urbana está ainda associada à criação de áreas com concentração de “classes perigosas”, Valadares (2006). Para definir “classes perigosas”, a autora Oliveira (2010) citou os autores Mary Carpenter e Malaguti Batista, os quais utilizaram a expressão de “grupo social formado à margem da sociedade civil”, para definir as populações que adotaram uma “estratégia de sobrevivência que os colocava à margem da lei”, e conseqüentemente, pela falta de estratégias de integração social, tornaram-se “classes de propagação de doenças e violência”. No entanto, o conceito de classes perigosas se define simplesmente como “perigosas porque pobres” (Oliveira, 2010 apud, Batista, p. 37, 2003).

As áreas onde se concentram as classes pobres são normalmente caracterizadas pela irregularidade na ocupação. A falta de infraestrutura e carência de serviços públicos, e de equipamentos urbanos (Preteceille & Valladares, 2000), é o que potencializa a necessidade de deslocamento para as centralidades urbanas, beneficiadas de condições e oportunidades.

Os fenômenos de deslocamento populacional e crescimento urbano são ocorrências que definem uma era atual (Davis, 2006). O autor do livro, Planeta Favela, faz uma comparação histórica das eras do Neolítico e as revoluções industriais, como momentos históricos igualmente notáveis ao ciclo que hoje vivemos. Desta forma, afirma que “Pela primeira vez, a população urbana da terra será mais numerosa do que a rural”.

O fenômeno da urbanização é facilmente compreendido na medida em que as áreas rurais são geralmente desprovidas de modernização (Brito, 2009). Hoje vivemos concentrados nas cidades, sendo este fenômeno o resultado da globalização.

Davis, 2006, apud Okome, 2002, referia-se à era atual como a “era da cidade”, a qual “é tudo para nós” e “nos consome”. Mike Davis (2006) afirma que as cidades serão as principais responsáveis pelo aumento populacional no mundo. A ONU reforça que a previsão desse crescimento dos atuais 7,2 bilhões, aumentará para cerca de 9,6 bilhões de habitantes até 2050.

Mike Davis (2006) menciona, no seu livro, a advertência expressa pelo Banco Mundial na década de 1990 em que, a pobreza urbana se tornaria “o

problema mais importante” que iria chamar a maior atenção e discussões políticas do século XXI. Sem deixar de reforçar essa ideia, com a afirmação de Milton Santos (2009), no seu livro a “Pobreza Urbana” ele diz que “a urbanização e a pobreza são fenômenos profundamente conectados”. O Brasil, palco dessas afirmações, apresenta também uma tendência preocupante, de enorme desigualdade social e econômica, com elevados níveis de pobreza (Barros et al., 2001).

Os níveis de pobreza são politicamente classificados em estratos sociais definidos em função da renda e posição social. Donald Pierson caracterizou o Brasil, em 1942, como uma “sociedade” diversificada de “classes”. Essa variedade de “classes sociais brasileiras” está longe de ser um conceito fechado e definido. Por outras palavras, afirma Guimarães (2002), que a análise de classes está em constante reestruturação.

A luta de classes sempre existiu, mesmo antes do capitalismo, sempre com a presença de classes dominadoras, que são geralmente, segundo a definição de Karl Marx e Friedrich Engels as que detêm um controle direto ou indireto de um determinado Estado.

Nas diversas definições de estratificação das classes sociais parecem estar todos de acordo com a estabelecida por Weber que define essa “estratificação de classes conforme a distribuição de determinados valores sociais (riqueza, prestígio, educação, etc.) numa sociedade, como: castas, estamentos e classes”. Assim, as relações de classe entendido como relações de poder, importa reforçar a ideia do autor:

“O juízo de valor que as pessoas fazem umas das outras e como se posicionam nas respectivas classes, depende de três fatores: poder, riqueza e prestígio; que nada mais são que elementos fundamentais para constituir a desigualdade social.”

A definição da classe social, na qual se insere o morador de rua ou o sem teto, será apresentada na sequência do próximo tópico, onde será citada uma definição adequada de “classe” como forma de atribuir uma consciencialização para os valores da distribuição de honra e de prestígio social a este grupo, como define Max Weber (2009), nos seus estudos.

2.2. Classificação do morador de rua

A discussão sobre o crescimento urbano, a densidade populacional e o fenômeno da pobreza urbana reforçam o entendimento de desafios. Somam-se ainda, os obstáculos de vida com que o morador de rua se debate no “dia-a-dia” na cidade do Rio de Janeiro.

O “sem-abrigo” já se encontra explicitamente fora da comunidade (Monteiro et al., 2013), e desta forma, é simples entender a fragilidade e a delicadeza do morador de rua quando a própria sociedade se propõe a excluí-lo (Mattos & Ferreira, 2004).

Os autores Barros et al. (2001) desenvolveram uma pesquisa conjunta que retrata especificamente o histórico de herança de injustiça social no Brasil, onde se entende a exclusão de parte da sociedade ao acesso de condições com dignidade mínima de cidadania.

Nesse sentido, introduz-se nesta discussão a pessoa por si só, invisível, e que vive “No meio da rua”. Esta sentença deu origem ao título do livro do autor Cristovam Buarque (2000), no qual o autor critica, inclusive, os próprios pesquisadores dedicados às ciências sociais que atingem o topo dos seus títulos acadêmicos, sem nunca olharem para as ruas onde caminham.

“Quando estudam o problema da pobreza, nossos teóricos analisam como se ela fosse apenas uma provisória falta de riqueza – não veem que ela está ao seu redor, na frente dos prédios da universidade” (Bursztyn, 2000, p.10).

Com a ideia de invisibilidade social atribuída à população de rua, será aproximado um conceito mais adequado, de classe social, para a população desabrigada. Para ajudar na definição, serão usados os conceitos de pesquisa dos autores Proni & Henrique (2004), que se basearam na referência do autor Wright Mills (1969), o qual usou o princípio da “estrutura ocupacional da população” para analisar a divisão social.

O que chama a atenção, e o que torna difícil a caracterização dos grupos, é precisamente a falta de homogeneidade desta população. São na verdade, pessoas ou grupos de pessoas com características diversas sob a ótica social.

“Na rua, podem-se encontrar pessoas de várias origens sociais, com diferentes trajetórias, com diferentes períodos na rua, com doenças e deficiências distintas, grupos familiares, pessoas

sozinhas, grupos de amigos, moradores e frequentadores de programas sociais, etc...” (Ferreira, 2006, p3).

Dada a diversidade que caracteriza este grupo de pessoas, será feita uma divisão entre pessoas sem endereço fixo, e pessoas que possuem endereço, mas que permanecem a maior parte do seu tempo na rua. As duas classes são ainda divididas entre os que possuem uma atividade de sustentação própria, e os que meramente dependem de apoios sociais, doações e esmolas ou ainda, de atividades ilegais.

Assim, para a definição de “classe social”, dividiu-se da seguinte forma:

2.2.1. Pessoas sem endereço fixo que possuem atividade própria:

“Classe Livre”

Neste contexto, insere-se a população em situação de rua sem residência fixa (pelo menos permanente). As pessoas nesta condição, segundo a autora Costa (2005), são pessoas que afirmam ter profissão, “mesmo que já não estejam a exercer há muitos anos”. Essa afirmação é, geralmente, uma resistência do morador de rua à sua condição de inutilidade ou de preconceito ao que pode estar sujeito por parte da sociedade. Esta cobrança social, segundo os autores Santos & Silva (2009), dificulta as pessoas de vir a ter melhores oportunidades de vida, precisamente, “pela grande distinção de classes...”. Dentro desta perspectiva, inserir o morador de rua na categoria de trabalhador, significa classificá-lo dentro dos conceitos de liberdade e dignidade humana.

O tipo de atividade de ocupação dos moradores de rua vai desde a “catação de papel, latas e outros resíduos, à guarda de carros, ao serviço doméstico e à construção civil” (Costa, 2005, p4). A mesma autora afirma ainda que as diversas atividades exercidas pelos moradores de rua não constituem uma regularidade, o que faz com que seja necessário que eles recorram a outras alternativas de sobrevivência, muitas das vezes, disponíveis pela assistência social como por exemplo o programa SUAS – Sistema Único de Assistência Social entre outros, ou por grupos de voluntários.

Neste sentido, será importante considerar qual a relevância das atividades exercidas pelos moradores de rua para o contexto social. Como citado no parágrafo anterior, referimo-nos a um grupo de pessoas que tem como uma das

atividades principais a coleta de lixo, porém o sujeito tem de “lidar com o lixo e com a sociedade”, (Santos & Silva 2009). Nesta perspectiva, vale destacar o contributo ambiental, considerado também, pelos mesmos autores, do mérito do trabalho dos catadores, que é de “extrema importância para todos nós, pois evitam diversos problemas de saúde públicas e ambientais decorrentes da disposição inadequada do lixo no âmbito das cidades”.

Desta forma, pode considerar-se a relevância social e ambiental dos catadores, no âmbito das suas atividades, e enquadrá-los em uma posição social condigna de direitos iguais, como descreve o Artigo I, da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

“Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação, umas às outras com espírito de fraternidade”.

Assim, como referência ao autor Bursztyn, (2005) conclui-se que não se podem desqualificar as estratégias de sobrevivência adotadas por este grupo de moradores de rua e as suas trajetórias de vida. Contudo, nos referimos a uma “classe livre” e autônoma, com estratégias de sobrevivência e que inclui atividades de contributo e benefício social, tal como o “catador de latinhas”, que além de contribuir para a limpeza da cidade, também beneficia o meio ambiente através de reciclagens.

2.2.2. Pessoas sem endereço fixo e sem atividade de sustentação própria:

“Classe perigosa”

Neste tópico, trata-se de uma população, que diante da fragilidade decorrente da situação de rua, se coloca na categoria dos pobres considerados “viciosos”. Assim define a autora Oliveira (2010), enquadrando-os na classe dos pobres, que “por não pertencerem ao mundo do trabalho [...] e viverem no ócio, são portadores de delinquência, são libertinos, maus pais e vadios” (Oliveira 2010 apud ibid, p. 91).

Procurar enquadrar estas pessoas no contexto de trabalho é um desafio que dificilmente está ao alcance de quem já está na rua há muito tempo, (Oliveira 2010). Geralmente, estas pessoas nunca tiveram qualquer vínculo com a disciplina

de trabalho, pois nasceram nas ruas e tiveram sempre, como referência, a agressividade imposta pelo contexto do “dia-a-dia”. Diante dessa fragilidade da condição pessoal do morador de rua, seria difícil ele “cumprir horários, não usar álcool e drogas, apresentar-se adequadamente, readquirir a condição de planejamento de despesas dentro de um mês” afirma (Oliveira 2010, p49-52).

Assim, o conceito de classes perigosas, associada a este perfil de pessoas, de acordo com Mary Carpenter e Malaguti Batista, retrata um “grupo social formado à margem da sociedade civil”, e que adotou uma “estratégia de sobrevivência...”; posição esta que resultou também, da falta de estratégias de inclusão social, como suporte alternativo.

2.2.3. Pessoas que possuem endereço, mas que permanecem a maior parte do seu tempo na rua, e que possuem atividade própria:

“Classe trabalhadora”

Em geral, segundo alguns autores como Marx e Engels, pode-se afirmar que a classe trabalhadora abrange todas as camadas sociais que vivem da venda da sua força de trabalho, mas nesta definição será descrita na tentativa de enquadrar este grupo específico de moradores de rua. O conceito de classes é um conceito indefinido e em constante adequação, em sociologia os conceitos de classe social mudam conforme a orientação de cada escola sociológica.

Nesta definição refere-se geralmente a grupos de pessoas moradoras de rua que já realizaram algum tipo de atividade laboral, mas que por perda de emprego ou rompimento de seus laços familiares e afetivos, sofreram um colapso em suas vidas, projetando-os para uma realidade diferente. Viram-se obrigados a “caírem na rua” e a recorrerem aos espaços públicos urbanos, como forma de sobrevivência e moradia (Costa, 2005).

Provavelmente esta seja a principal característica que define este grupo de pessoas, ou seja, pessoas ativas e produtivas no contexto social. Porém, este grupo desenvolve atividades sem registro, contracheque ou holerite que comprove o seu rendimento, colocando-se na posição de trabalho informal e sem “carteira assinada”, como por exemplo, o ambulante do camelô e os vendedores que circulam pela cidade usando o transporte público como local de venda dos produtos (bebidas, doces, utensílios de cozinha, materiais de escritório, panos,

materiais eletrônicos e etc...), criando assim, um “novo” sistema de comércio irregular (Bursztyn, 2000).

Outro perfil de classe trabalhadora que vive nas ruas, identificados nas entrevistas, refere-se a um grupo de pessoas que tem um trabalho regular com carteira de trabalho assinada. Porém, por falta de infraestrutura de mobilidade urbana, o que dificulta o retorno para casa, os obriga a dormir em algum lugar na rua, próximo ao seu local de trabalho (Costa, 2005).

Neste caso, os “moradores de rua” também podem ser classificados como grupo de pessoas produtivas que desenvolvem atividades diversificadas, podendo ser lícitas ou ilícitas, formais ou informais, (Ferreira, 2006).

2.2.4. Pessoas que possuem endereço, mas que permanecem a maior parte do seu tempo na rua, e sem atividade de sustentação própria:

“Classe especial”

Nesta categoria, inclui-se o grupo de pessoas, que geralmente são nativos da mesma região por onde deambulam, e que por consequências de insegurança e atos de violência em seu próprio bairro (áreas faveladas), ou por residirem próximo de áreas de eminente risco, escolheram as ruas do centro da cidade como local de residência, em busca de maior segurança, (Bottil et al., 2009). Geralmente, é uma situação temporária, mas que pode dar origem a uma posição de longo prazo de permanência na rua. Estes se qualificam como moradores de rua recentemente chegados e que ainda não adotaram estratégias de sustento, dependendo assim, somente de apoios sociais.

Por outro lado, segundo a autora Costa (2005), estas pessoas são também, aquelas que já estão há muito tempo no processo de instabilidade em seus próprios lares, e que passam mais tempo na rua do que na casa de famílias. Em função disso, a perda gradual dos vínculos afetivos e a falta de autoestima, fazem com essas pessoas vão “sofrendo processos de debilitação física e mental”, agravadas pelo uso do “álcool, drogas, pelo déficit de alimentação e pela exposição de vulnerabilidade a violência”. Estas pessoas passam a ser qualificadas como “doentes mentais” ou “loucas” (Mattos & Ferreira, 2004).

Esta posição de fragilidade do morador de rua coloca-os na posição de cuidados especiais, classificados assim, como “classe especial” de moradores de

rua, que podem manifestar distúrbios “psicóticos” por perda do seu próprio domínio físico e mental, tornando-os mais vulneráveis a acidentes e à exposição de violência e abusos na rua (Bottil et al., 2009).

2.3. Para que servem o teto e as paredes?

A ideia de habitar é essencialmente a fuga ou proteção dos manifestos ambientais, ou seja, essa necessidade deriva da importância do indivíduo se abrigar da chuva, do sol, da neve ou das variações de temperatura do ar e umidade (Phillips, 2007).

Quando não há alternativas, estas razões justificam as escolhas de ocupação de logradouros públicos, selecionados pelos “sem-teto”, que possam proporcionar proteção, assim como ruas e becos, viadutos, pontes, praças e marquises, rodovias e BRs, jardins, canteiros ou até mesmo edifícios abandonados, ruínas, cemitérios e carcaças de veículos. Estes lugares são para muitos a habitação permanente, enquanto outros deambulam pelas diversas opções acima citadas. A rua é o “último e o único lugar que sobrou” (J, 35 anos, morador de rua há 3 anos – RJ/2014).

A habitação é também a posse de uma determinada área, onde essencialmente se transforma este mesmo lugar com expressões de “auto identidade” (Phillips, 2007). Assim acontece geralmente em nossas casas, onde personalizamos cada área em função das nossas memórias, desejos ou recordações, como por exemplo, os nossos móveis e a maneira segundo os quais estão organizados; a decoração, a cor e o arranjo dos cômodos onde vivemos é o resultado do nosso inconsciente que nos remete às recordações e às lembranças da nossa família, bem como a forma de como era usada cada área enquanto crianças, e a recordação dos nossos amigos que víamos geralmente a frequentar o nosso espaço (Puls, 2006 apud Halbwachs, p. 131).

Assim, para melhor compreender o verdadeiro significado da ocupação da área, será citado o autor Puls (2006), que se dedicou à descrição filosófica da arquitetura como habitação. O autor refere-se à construção como um volume de matéria em que a forma se conjuga entre cheios e vazios, e onde o homem realiza as suas tarefas quotidianas. Para a realização das suas atividades esse volume deve

ser grande (para acolher o sujeito) e sólido (para protegê-lo), enquanto o vazio precisa ser ordenado (para orientar o sujeito) e útil (para servi-lo).

Desta forma, entende-se que a necessidade natural do ser humano de ir em busca de áreas ou espaços com “volume de matéria”, também entendido como paredes e tetos, nos permite compreender porque é que geralmente os moradores de rua escolhem lugares na cidade onde ofereçam essas barreiras físicas, como por exemplo, as pontes para teto e os becos como paredes, e não os lugares abertos ou desprotegidos como no meio das praças e largos. Esta seleção dos lugares mais frequentados pelos moradores de rua não é meramente entendida como barreira, mas como “proteção contra a natureza e a sociedade” (Puls, 2006).

Quando o autor Puls (2006) se refere à habitação como forma de proteção contra a sociedade, ele afirma que o ser humano se divide entre dois sujeitos: “o eu e o outro”. Essa analogia se equipara ao objeto casa que oferece dois espaços, “o interno e o externo”. Entendido como “interno” o lugar do “eu” que oferece o sentimento de proteção e conforto, admite-se que o lugar entre paredes seja o espaço interno onde o sujeito pode ser ele mesmo; já no externo, do outro lado da parede, a postura humana terá de ser mais reservada por ser o “lugar do outro”, ou seja, o lugar de todos.

Porém, é no “lugar de todos” que os sem abrigo habitam. Embora procure o seu espaço interno, ele sempre habitará o externo, porque se observa que apesar das opções de escolha adotadas pelos “sem teto” como as pontes, viadutos, marquises, canteiros, etc., estes lugares não lhes pertencem, não lhes oferecem identidade própria e nem a proteção interna do “eu”, nem a proteção externa do “outro”. Assim, as paredes dos viadutos são por si só, olhadas simplesmente como volumes em espaços vazios, que os protegem apenas das mudanças climáticas (Puls, 2006), mas não das agressões dos outros. Entendido como “os outros”, toda a sociedade à qual os “sem abrigo” pertencem.

Concluindo, esses “tetos e paredes” sem identidade, não permitem aos moradores de rua personalizá-los de acordo com as suas referências, seus desejos e suas memórias de habitação, tornando-se assim, um desconforto por ser uma ocupação impessoal e desconectada daquela área ocupada. Somando-se o parágrafo anterior a esta conclusão, percebem-se os motivos pelos quais os sem-abrigo se tornam deambulantes pelas ruas da cidade.

3. MIGRAÇÃO E A CIDADE

A migração “é uma realidade no século 21 [...] esta importante população, continua em grande parte, invisível e desconhecida para a sociedade”.

Secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, 2013.

3.1. Dinâmicas de migração

Entendem-se, como migrantes, todos aqueles que se deslocam de um lugar para o outro e que mudam de residência. Sendo que o conceito de “migrar” é aplicado tanto aos movimentos populacionais de curta ou longa duração, como também de curta ou longa distância (Matos, 1993). Para melhor entendimento destas dinâmicas, será utilizada como referência a pesquisa da autora Matos (1993), que separa o fenômeno da migração em dois níveis. São eles: o nacional e o internacional.

O primeiro, que corresponde ao nível nacional, é subdividido nos seguintes critérios: o deslocamento intra ou interbairros, o deslocamento intermunicipal e o deslocamento inter-regional. O segundo nível, que correspondente ao deslocamento para fora do país de origem, ou seja, de carácter internacional, se destina à migração intracontinental e à migração intercontinental. Esta descrição está resumida na tabela 1 abaixo representado:

Tabela 1 Descrição dos parâmetros da migração.

Tipologia da migração (segundo fronteiras)			
Nacional	Intra ou Inter- Bairros (Mobilidade residencial)	Inter Municipal	Inter Regional
Internacional	Intracontinental	Intercontinental	

Fonte: Com base na referência Matos, 1993, p2.

Associado a estes critérios de descrição, a pesquisa ainda divide migração com base nas variações temporais de acordo com a tabela 2:

Tabela 2 Descrição das variações temporais do migrante.

Definição da análise temporal (segundo critérios de duração)		
Movimento pendular	Diários	Semanais
Migrações periódicas	Sazonais	Duração variável
Migrações de breve duração	Menos de 1 ano	
Migrações de duração média	Entre 1 a 5 anos	
Migrações definitivas ou longa duração	Mais de 5 anos	

Fonte: Com base na referência Matos, 1993, p3.

Para este estudo, será dada uma maior importância ao fenômeno do fluxo migratório a nível nacional, por ser esta, uma realidade de destaque no Brasil (MRE, 2008). Além disso, conforme o relatório da ONU no mundo, “a maior parte das migrações são internas”, ou seja, se dá dentro do próprio país. Contudo a migração no Brasil dificilmente é discutida sem se falar de pobreza, e também, sem relacioná-la à problemática da exclusão social.

Porém, atribuir as causas da pobreza unicamente à migração não seria totalmente correto (Gonçalves, 2001). Fatores como a crise econômica e o desemprego crescente, associados a grupos de migrantes que geralmente não possuem qualificação, são fatores que reúnem um conjunto de características que provocam as desigualdades sociais cada vez mais acentuadas.

Pretende-se neste capítulo, relacionar e enquadrar as dinâmicas da migração com o perfil do morador de rua, assim como o panorama de pobreza urbana na cidade do Rio de Janeiro, e conseqüentemente, identificar também, as possíveis causas que motivaram a sua movimentação. Porém não necessariamente, os migrantes que se tornaram sem abrigo, chegaram ao Rio de Janeiro nesta condição (Bursztyn et al., 2000), e de um modo geral, a migração pode ser uma oportunidade para o indivíduo ter melhores condições de vida, comparado ao que ele tinha em seu local de origem (Golgher, 2004).

Entretanto, este capítulo observará a realidade da sociedade brasileira, onde a grande maioria da população que deixa a sua terra, família e amigos, não o faz por livre decisão, mas sim por um ato de sobrevivência, ou mesmo por motivos de “vida ou morte”, segundo os estudos de Gonçalves (2001).

Em regra, este cenário de sobrevivência aplica-se às regiões mais pobres do Brasil. De acordo com os dados da pesquisa realizada pelos autores Jacob, et al., (2014), verifica-se de fato que a região do Nordeste, sobretudo os estados Paraíba, Ceará, Bahia e Pernambuco, são as que mais se destacam com um percentual de abandono, e que se deslocam em direção ao Rio de Janeiro. Neste cenário em particular, “o indivíduo não migra por se encontrar desempregado, [...] mas porque toda a sua família se encontra em situação de carência de recursos” (Matos, 1993, p.19). Sem alternativas, nem mesmo poder recorrer ao próprio abrigo familiar, o indivíduo é obrigado a migrar na busca de melhores oportunidades e sustento.

O fator desemprego, em particular no Brasil, é hoje uma realidade que está presente em todas as realidades sociais, desde o habitante rural até o habitante da cidade. Mas não foi sempre assim, com destaque ao período pós-Segunda Guerra Mundial, em que o Brasil chegou a gerar mais empregos e a registrar maiores taxas de crescimento econômico, comparado à maioria dos países do mundo (Mattoso, 1999).

Desde então, década após década, o Brasil caminhou em paralelo com a industrialização e com a urbanização. Afirma o autor Mattoso (1999), que este processo resultou no intenso fluxo migratório, onde o migrante rural encontrou nos grandes centros de crescimento urbano um espaço de inserção econômica, pois as suas primeiras atividades foram na área de “construção civil, depois na indústria e nos serviços”, por serem estas, as atividades principais, responsáveis pela construção de uma cidade. No entanto, essa herança parece ainda prevalecer, trazendo uma realidade bem diferente, principalmente a partir da década de 1990, período em que a situação alterou-se drasticamente, pois causou nas cidades, um

novo cenário, um cenário de pobreza e de miséria, afirma ainda, o autor Mattoso, (1999).

Para ser mais preciso é necessário entender a influência do capitalismo como interferência social e fenômeno motivador da geração de migrantes para as cidades. Apesar da grande importância do capitalismo não será o foco aprofundar o tema, porém dificilmente se desconecta o fenômeno com o resultado da realidade de desigualdades social vividas na era atual.

Na história o capitalismo se defende como uma ordem natural adequada à natureza humana, tanto definida pela vontade eterna do homem em negociar, fazer trocas, compras e etc., como também na sua natureza em acumular bens materiais e riquezas (Wood, 2001, p.13). Para Karl Marx que contradiz a ideia de naturalidade ele defende duas ideias principais. A primeira diz que o capitalismo é essencialmente, social e histórica, construída a partir de luta de classes e a segunda é que o mercado “não é um espaço social de oportunidades nem de liberdade e igualdade dos agentes econômicos, mas uma ordem dominadora, opressora e exploradora”.

A hipótese deste panorama, ou seja, desta realidade de capitalismo traduzida em desenvolvimento urbano está na relação direta com a migração associada à industrialização e as oportunidades de mercado, oferecidas nas cidades. Porém, se houver um bloqueio do desenvolvimento industrial, as oportunidades de empregos diminuem, diz Barcellos (2008). Por outras palavras, o processo industrial é na realidade o que envolve deslocamentos significativos de atividades e, por conseguinte, êxodo rural.

Este fenômeno não acontece de forma equilibrada no Brasil, provocando adensamento extremo nas cidades e abandono total de outras regiões, ou seja, essa movimentação migratória intensa não é mais absorvida pelas oportunidades escassas de trabalho nas cidades, culminando no fenômeno atual que se traduz em “Pobreza Urbana”.

Derivantes dessa incapacidade de oportunidade de trabalho surgem novas estratégias de sobrevivência. Segundo as pesquisas do IBGE ou do DIEESE-SEADE, há cerca de dez anos se regista mais de 50% de brasileiros trabalhadores nas grandes cidades em diferentes tipos de trabalho informal.

Apesar das análises mostrarem uma redução do ritmo de migração do campo, também se registra uma estagnação de desenvolvimento nas áreas rurais (Barcellos, 2008). Desta forma, é importante destacar que, segundo os dados do IBGE utilizados para o relatório do Ministério das Relações Exteriores em 2008, o Brasil tinha aproximadamente 20 milhões de migrantes. Os nordestinos destacavam-se como o grupo que mais migrou, sendo uma população de 10,5 milhões, representando mais da metade da população total do nordeste, ou seja, cerca de 53,4% de migrantes. O segundo grupo que mais migrou provém do sudeste (20,5% do total de migrantes). O mesmo estudo revela ainda, que a maioria destes migrantes se dirigiu para o centro-oeste (capital do país).

Atualmente, Rio de Janeiro contém um total de 11,5 milhões de habitantes na metrópole, sendo 73,4% dos habitantes nativos da região e os outros 26,6% provenientes principalmente do Nordeste (45,5%), além do próprio Sudeste e do Distrito Federal (Jacob et al., 2014).

Este expressivo e intenso movimento migratório está relacionado às variantes apresentadas na tabela 3. Na formulação “clássica” dos estudos de migração interna, é importante entender a interação e o balanço entre os fatores de expulsão nas áreas de origem e os fatores de atração das áreas de destino. Estes deslocamentos são muitas das vezes forçados e penosos, em que as pessoas abandonam as áreas rurais ou urbanas menos desenvolvidas em direção aos “escassos centros dinâmicos de desenvolvimento capitalista” (Pacheco & Patarra, 1997).

A tabela 3 resume os fatores e as variáveis que motivaram os processos migratórios, utilizando como base, o estudo da autora Matos (1993). Foram feitas algumas adequações em cima da realidade brasileira, indicando os aspetos principais.

Tabela 3 Fatores que motivam a migração.

Fatores de repulsão (áreas rurais)	Variáveis intervenientes	Fatores de atração (centros urbanos)
Falta de equipamentos de saúde e de educação	Desenvolvimento da indústria e comércio	Acesso a um melhor sistema de educação (escolas de ensino básico e universidades).
Salários baixos (e exploração de trabalho)	Desenvolvimento das tecnologias de comunicação	Salários compatíveis com o estilo de vida e condições mínimas de sobrevivência
Desemprego	Crescimento do turismo	Expectativa de melhor oportunidade de emprego
Secas e fome		Fácil acesso a alimentação básica
Crescimento populacional		Acesso aos apoios e serviços sociais
Insegurança ou violência local		Acesso a serviços de saúde e segurança
Problemas com a falta de abastecimento de água e a falta de infraestruturas e saneamento básico		Perspectiva de melhor qualidade de vida para si mesmo e para a sua própria família
Falta de energia elétrica		Vantagens económicas da área urbana sobre as áreas rurais.
Falta de acesso à propriedade ou ao uso da terra		

Fonte: Com base na referência: Matos, 1993, p5.

Este cenário de fatores apresentados na tabela 3 é a situação “clássica” e histórica dos fluxos migratórios no Brasil, onde as cidades se apresentam como a solução de combate à pobreza, vivida nos campos. O habitante rural, ou até mesmo famílias inteiras, movidos pela perspectiva de melhoria de vida, se deslocam na procura de sonhos que acreditam ser possíveis de se realizarem nos grandes centros capitalistas. Porém nem sempre isso acontece devido à crise das grandes cidades, que apresentam cada vez mais reduzidas, as oportunidades de trabalho (Barcellos, 2008).

Verifica-se então, que as áreas rurais deixaram de oferecer oportunidades de crescimento para os seus habitantes, enquanto os grandes centros urbanos continuam a apresentar processos dinâmicos de desenvolvimento, como por exemplo, o que acontece no Rio de Janeiro em épocas de grandes eventos, ou até mesmo no verão, períodos de maior fluxo turístico. Logo, se percebe que as áreas rurais estão objetivamente estagnadas, ou mesmo abandonadas (Pacheco & Patarra, 1997), razões pelas quais as cidades se tornam um fator de “atração” sob o olhar da população empobrecida.

Assim, o Rio de Janeiro, palco de eventos internacionais como copa do mundo de 2014 e os jogos olímpicos de 2016, vem recebendo um grande número de turistas, e como se sabe, o turismo abre consideravelmente novos serviços e oportunidades de trabalho em geral (Ribeiro, 2014). Os migrantes por sua vez são atraídos pela presença dos turistas, encontrando a oportunidade de uma renda que muitas das vezes é resultado de um mercado informal, ou na função de “trabalhadores autônomos”, ou vendedores ambulantes (Gonçalves, 2001).

Desta forma, percebe-se que estamos perante a uma sociedade brasileira estruturalmente desigual em que se apresenta fragmentada, porém, mesmo apresentando níveis elevados de população abaixo da linha da pobreza, não pode ser considerado como um país pobre. Barros et al., (2001) relatam nesta mesma pesquisa, que a origem da pobreza está diretamente relacionada tanto à baixa renda per capita brasileira quanto ao elevado grau de desigualdade na distribuição dos recursos existentes no Brasil. Essa realidade coloca milhares de brasileiros na posição de “sem teto, sem-terra, sem salário, sem emprego” e, sobretudo “sem esperança” (Mattoso, 1999).

Na perspectiva de pobreza, diferentes autores definem como um fenômeno complexo, mas de forma genérica poderá ser definida conforme Rocha (2003) como a “situação nas quais as necessidades a serem satisfeitas em função ao modo de vida predominante na sociedade em questão, não são atendidas de forma adequada”.

“O Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres” (Barros et al., 2001, p5).

Esta análise nos leva a questionar quais os benefícios ou as consequências sociais resultou do histórico intenso da migração interna no Brasil, ou seja, qual a função da cidade e qual a função do campo como forma de contributo para a diminuição das desigualdades. Este diálogo não é somente uma realidade brasileira, pois em todo o mundo se discute as formas de contributo do migrante para o desenvolvimento, tanto nas cidades como nas áreas rurais.

No cenário mundial, segundo o secretário geral da ONU, Ban Ki-moon (2013), cerca de 232 milhões de pessoas vivem fora do seu país, inclusive o próprio autor deste estudo. Ban afirma também, que os migrantes “são essenciais para o desenvolvimento social e econômico equitativo, inclusivo e sustentável”. Com essa afirmação percebe-se de fato que segundo o parecer do relatório da ONU, os fluxos migratórios ajudam a tornar as sociedades mais prósperas e diversas com benefícios tanto para as regiões de origem (áreas rurais) como também para as regiões de destino (cidades).

Este contributo dos migrantes não se encaixa de um modo geral, na realidade das cidades brasileiras, e nem nos campos, segundo afirmam vários autores, tais como, o (Deak & Schiffer, 1999; Davis, 2006; Ribeiro, 2000) e outros. Observa-se assim, que os migrantes passam muitas vezes por processos de ruptura na saída, ao abandonar a sua região por falta de alternativa, e na chegada do novo destino, vivendo um confronto com a realidade da grande metrópole que é, em geral, traumático, fazendo dos caminhos migratórios um golpe de migração, duro e profundo (Gonçalves, 2001). Isso se deve muitas das vezes à falta de integração no meio, resultado do desemprego e das altas rendas “exigidas” para se viver na capital do Rio de Janeiro (Vaz, 1998). Assim o migrante, sem ter a opção de retornar à sua região, se depara “sem um teto”, em uma nova terra que não lhe pertence, e “sem salário, sem emprego” e, por conseguinte, um objeto tanto da cidade como do campo. Logo, encontra-se “sem esperança” (Mattoso, 1999).

3.2. Para que serve a cidade?

À primeira vista parece ser uma pergunta objetiva e até fácil de responder, mas em particular, quando se refere à cidade do Rio de Janeiro, nos referimos a uma cidade com forte expressão na tipologia de habitação dominada pela informalidade, (Davis, 2006). Por isso, nenhum conceito de cidade está concretamente globalizado e definido, precisamente por se tratar de suas diferentes particularidades no mundo.

Dessa forma, vale observar que a intenção não é definir o conceito da cidade “carioca”, mas sim entender as suas características e questionar de que forma esta metrópole está servindo à população. Como primeira análise, lembrar que diversas políticas do desenvolvimento urbano têm por objetivo ordenar as funções sociais da cidade, de forma a proporcionar qualidade de vida e bem-estar aos seus habitantes, conforme diz o Projeto de Lei do Desenvolvimento Urbano - PL 7775/83 -, capítulo da Política Urbana na Constituição Federal e o Estatuto da Cidade de 2001.

Dentro desta ideia, vale destacar alguns conceitos gerais que definem uma cidade. À partida, a cidade se opõe ao campo pela diferença das áreas densamente povoadas (Bernardi, 2006), onde as principais atividades desenvolvidas são a indústria, os serviços e o comércio, podendo abranger diversas funções administrativas.

“A maior parte dos seus habitantes vivem da indústria e do comércio e não da agricultura” (Bernardi, 2006 apud Weber, 1987, p1-15).

No seguimento, ainda dentro do raciocínio do autor Bernardi, (2006) pode-se afirmar que historicamente as cidades sempre foram pontos de encontro para trocas de produtos, além de trocas de convivência e de experiências, resultados da diversidade cultural. Sendo assim, a urbanização tornou-se um fenômeno mundial que desperta cada vez mais preocupações sobre como acontece essa relação de convívio entre as pessoas. Especificamente no Brasil, além das trocas de relações sociais e de interação, a forma de ocupação da cidade também se torna um ponto alarmante, pois se observa um processo de crescimento urbano desordenado, e acima de tudo dividido pelos valores sociais e culturais entre incluídos e excluídos, os marginais e integrados, ou superiores e inferiores (Ribeiro, 2000).

Neste sentido, as discussões sobre a urbanização passam a ser a respeito dos padrões de desigualdade entre “rico e pobre”, dentro do mesmo contexto urbano, que é dividido pela “cidade formal” e a “cidade informal”. Em suma, a cidade social que se pretende inclusiva e igualitária, segundo o Estatuto da Cidade (2001), torna-se cada vez mais ameaçada nas suas funções, despertando diferentes discussões sobre a violência, a segurança, a exclusão social e pobreza extrema, e em particular, sobre os movimentos populacionais não controlados, referindo-se objetivamente, à propagação das favelas na cidade do Rio de Janeiro (Moulin & Tabak, 2014).

Porquanto, na afirmação do livro “Planeta Favela”, o autor alerta que as cidades serão a nova ordem (ou desordem) urbana que trará a desigualdade social, cada vez maior e bem mais acentuada (Davis, 2006). Esse padrão dominante de moradia popular “carioca” definida por “favelas” se propaga de forma contínua, desde os anos 30 (Vaz, 1998). Num primeiro olhar, afirma ainda a autora, que a cidade do Rio se caracteriza tanto pelo conjunto da “natureza e paisagem” como também pelos seus “habitantes e a sociedade”. A natureza se expressa pela presença de montanhas, de florestas, pelo mar e suas praias; já a sociedade se apresenta através do espaço ocupado e/ou construído por edifícios que dão estrutura à “cidade formal” e às favelas, que acomoda e dão dimensão à “cidade informal”.

É dentro deste cenário de cidade informal, que precisamente se verifica uma ameaça crescente advinda do processo de urbanização, colocando o Rio de Janeiro como a cidade de maior população em favelas no Brasil. Mais de 1,3 milhões de pessoas habitam as 763 favelas, que correspondem a 22% da população total do Brasil (censo demográfico de 2010, da pesquisa de Moulin & Tabak, 2014). Assim verificam-se na sequência, que o crescimento se afirma tanto no tamanho territorial, provocando maior adensamento na cidade, como no número de pobreza e na contenção social. Estes territórios geralmente são tratados como áreas de violência e marginalização.

As favelas e o número de pessoas que nelas habitam continuam a crescer no Rio de Janeiro. Assim, importa lembrar que o ambiente urbano passa a estar cada vez mais comprometido, e deixa cada vez mais de atender às necessidades e direitos dos habitantes. Esses direitos estão intimamente vinculados ao “direito da habitação condigna, ao direito do trabalho (não precário), direito ao lazer, ao

deslocamento, ao meio ambiente saudável, à educação, à saúde e ao direito a segurança e proteção” (Bernardi, 2006).

O cenário atual, ainda que o Rio de Janeiro esteja associado à prosperidade e à oportunidade de emprego na visão dos que residem nas áreas rurais, é alvo de preocupação da ação humanitária Global, ou seja, a “Sul Global” que caracteriza o Rio como “cidade frágil” (Moulin & Tabak, 2014). Essa relação em que a metrópole se encontra com a “vulnerabilidade crescente”, combinada à violência, pobreza e atividades ilegais, tais como o tráfico de drogas e o contrabando, faz com que aumente o número de pessoas desprotegidas e inseguras no contexto urbano.

“Apesar de muitas pessoas ainda esperarem que a urbanização proporcione melhor qualidade de vida, este movimento não inclui a todos, e muitas dessas pessoas pobres são rapidamente absorvidas pelas favelas urbanas. A urbanização, de fato, é um perigo para a saúde e segurança de algumas populações vulneráveis, e esta mudança demográfica ameaça criar um desastre humanitário” (Patel & Burke, 2012, p.49).

Assim, dentro deste contexto de desigualdade e instabilidade urbana e social, vale refletir sobre o impacto que o ambiente urbano tem exercido sobre os moradores. Questionar sobre “para que serve a cidade”, e se a mesma serve para proporcionar a segurança e o conforto, visando garantir o desenvolvimento e a prosperidade, ou se a cidade está servindo para gerar mais pobreza, mais miséria, mais violência, mais desigualdade social, e por conseguinte, gerar maiores impactos irreversíveis sociais e ambientais, tornou-se um ponto de interrogação tanto para as pessoas que nelas nasceram, assim como para as pessoas que para ela migraram, e que pensam em fazer o movimento inverso (Davis, 2006).

No capítulo a seguir é feito um estudo de caso, através de um questionário, direcionado a pessoas que se tornaram moradores de rua na cidade, mesmo que temporariamente. Em seguida, há uma correlação de suas respostas com o foco principal desta pesquisa, concluindo assim, sobre os reais motivos pelos quais os moradores de rua se encontram nesta condição.

4. OS MORADORES DE RUA DO RIO DE JANEIRO

“Nós vos pedimos com insistência: Nunca digam – isso é natural! [...] Numa época em que reina a confusão, Em que corre o sangue, [...] Em que a humanidade se desumaniza. Não digam nunca: isso é natural! A fim de que nada passe por imutável”.

(Bertold Brecht, 1898//1956)

4.1. Perfil do morador de rua

Ao longo destes últimos anos, observa-se que o fenômeno da urbanização e do capitalismo não foi capaz de construir um pacto igualitário de oportunidades e melhorias sociais para todas as personagens que habitam a cidade. Neste capítulo será feito o convite para o leitor revisitar a rua da cidade e reconhecer as pessoas que nela vivem.

Busca-se contextualizar a realidade de exclusão social, em termos simplificados, o sociólogo Francês Robert Castel (...) define “exclusão social” como a fase extrema do processo de marginalização, entendido este como um percurso que ao longo do qual se verificam sucessivas rupturas na relação do indivíduo com a sociedade. Afirma ainda que esse percurso corresponde à ruptura na relação com o mercado de trabalho, a qual resulta no desemprego prolongado. (Castel, 1995, p. 30).

A fase extrema da situação de exclusão social, ainda segundo o mesmo autor, é caracterizada não só pela ruptura com o mercado de trabalho, mas também por rupturas familiares, afetivas e de amizade. Para melhor entendimento dos principais problemas enfrentados por este grupo de pessoas e as estratégias de sobrevivência desenvolvidas do morador de rua, na cidade do Rio de Janeiro, tivemos a colaboração de 34 entrevistados.

Estas pessoas, solitárias e anônimas, nos ajudaram a entender que o morador de rua se trata de um grupo em busca de sobrevivência, dignidade e respeito, com sonhos e esperança.

Neste contexto insere-se a população em situação de rua, um grupo heterogêneo, diversificado, mas que possuem em comum a “pobreza extrema”, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de uma moradia condigna (Ferreira, 2006). Para uma visão geral da realidade, é importante destacar os estudos feitos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, realizado nos anos de 2007 e 2008. Trata-se de uma pesquisa que incluiu 71 cidades brasileiras com população superior a 300 mil habitantes. Esta pesquisa revelou existir cerca de 32 mil indivíduos que utilizam as ruas como moradia, e no entanto, essa é uma realidade bem maior, visto não ter sido incluído cidades importantes como, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre.

Portanto, com base nos dados da mesma pesquisa, a quantidade de moradores de rua, que em 2010 representavam cerca de 4.800 pessoas no Rio de Janeiro, aumentando para 6.300 em dois anos (Secretaria municipal de Desenvolvimento Social, 2012). Sendo um aumento expressivo de 31,25%, cada vez mais essa realidade deixa de passar despercebida e passa a exigir uma emergente avaliação das causas. Nas entrevistas realizadas, um dos moradores de rua fez a seguinte observação:

“Eu que sou morador de rua há mais de 20 anos, nunca vi chegar à rua tantos moradores como nos últimos tempos...”.

(P, 41 anos, morador de rua há 20 anos – RJ/2014).

Perante esta realidade, nota-se que em paralelo a uma economia de desenvolvimento, existe também um novo perfil de habitantes, que cada vez mais representa uma parcela significativa nos centros capitalistas. Assim, esta referida situação influencia diretamente no comportamento de uma nova sociedade, representada pelos moradores de rua, e que são aparentemente mais vulneráveis (Monteiro et al., 2013).

Para este estudo, foi feita uma pesquisa de campo. A pesquisa consistiu numa entrevista direcionada aos moradores de rua. A entrevista foi composta por um roteiro de identificação, para a coleta de dados estatísticos, e por um conjunto de 4 perguntas, abaixo indicadas:

4.1.1. Roteiro da entrevista feita aos moradores de rua:

• Identificação: sexo; Idade; cidade de origem. Há quanto tempo mora na rua?

- 1) O que o fez sair de casa ou querer mudar de cidade?
- 2) Quando se mudou para a cidade, conseguiu oportunidade de trabalho? Em caso afirmativo, qual é/ ou foi a sua atividade de trabalho? Em caso negativo, se continua a procurar trabalho?
- 3) Você tem família na sua cidade de origem? Em caso afirmativo, perguntar porque razão não vive com a família?
- 4) Quais são as principais necessidades da população de rua hoje?

No resultado destas entrevistas, verificaram-se diversos perfis que atingem todas as classes de moradores em situação de rua, citadas no capítulo II. A “classe livre”, a “classe trabalhadora”, a “classe perigosa” e também, a “classe especial”.

Os entrevistados apresentavam-se, em geral, como pessoas sozinhas, debilitadas, de rostos fechados e roupas sujas. Eles encontraram nas perguntas uma oportunidade de manifestarem as suas ideias e as suas solicitações. De um modo geral, se mostraram colaborativos e interessados na pesquisa, pois não houve um critério para a escolha de um perfil específico do entrevistado; a ideia foi abordar moradores de rua em diferentes idades, sexo, ou cor.

Desta forma, foi possível tornar a pesquisa muito mais aberta, com diferentes pontos de vista e manifestações, e mesmo apesar dessas diferenças, notou-se que algumas ideias e observações foram bem comuns, tais como a insatisfação das oportunidades e a difícil integração no mercado de trabalho, ressaltando ainda, o sentimento de abandono e discriminação por parte da sociedade. Estas observações serão descritas no item abaixo, seguido das histórias de vida dos moradores de rua. Serão apresentados também, alguns gráficos correspondentes às informações pessoais dos entrevistados.

4.2. Quem são?

Neste tópico será feita a amostragem do grupo de moradores de rua que participou da pesquisa. As entrevistas aplicadas foram feitas no centro da cidade do Rio de Janeiro, envolvendo 34 pessoas em situação de rua e 2 instituições de apoio social que ajudaram no primeiro contato com os entrevistados. Estas instituições são a “Viva Rio” que é uma organização de trabalhos sociais, que visa promover a cultura de paz e a inclusão social, e a “Catedral Metropolitana de São Sebastião do Rio de Janeiro”, grupo responsável pela distribuição do café da manhã oferecido “para todas as pessoas carentes que por aqui passam em busca de sua primeira, ou única refeição do dia” (voluntária Aline, 2014).

Entre a população referida é possível verificar um grupo oriundo de diferentes estados do Brasil, reforçando a ideia de uma intensa migração. Apesar do Rio de Janeiro representar a maioria, é importante destacar que até mesmo o grupo de entrevistados nativos, se encontram longe de suas famílias vindos de áreas suburbanas. Por outro lado, a região do nordeste representa também, na pesquisa, uma grande fatia da população de rua.

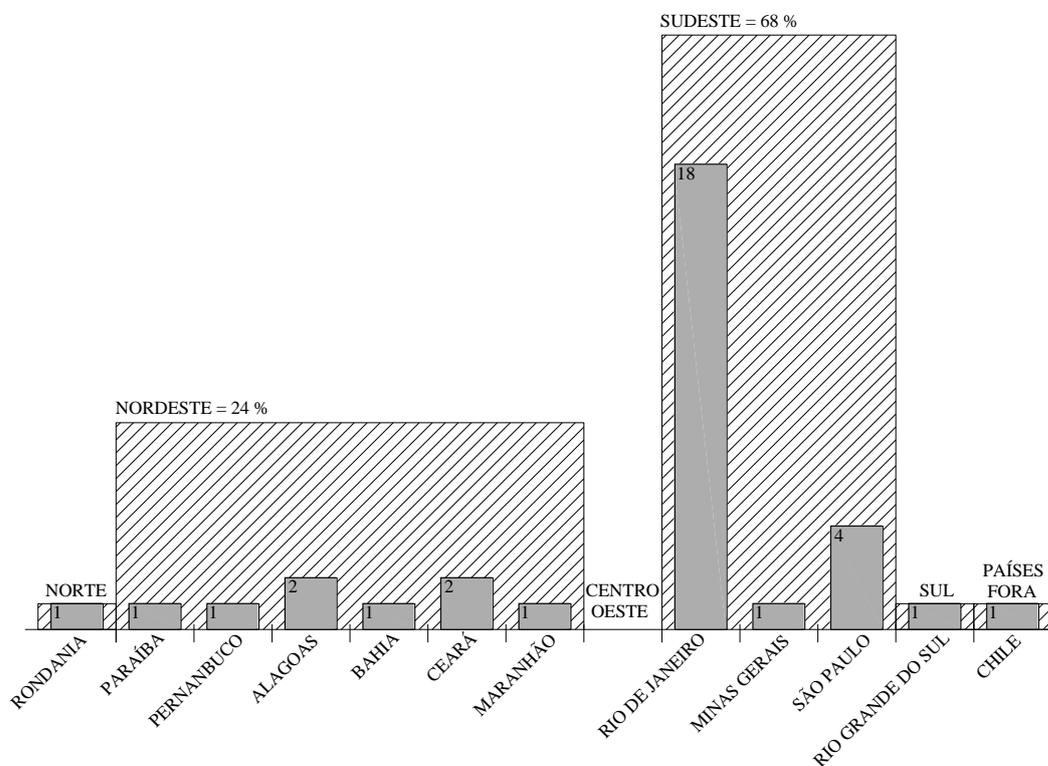


Figura 2 Estados e regiões de origem dos moradores de rua:

Como verificado na figura, as origens são de diferentes regiões. O Sudeste, em primeiro lugar, representa 68% dos moradores de rua, incluindo os estados Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. O Nordeste, em segundo, com 24% representado pelos estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Ceará e Maranhão. Em seguida o Norte, com o estado de Rondônia, e a região Sul com o Rio Grande do Sul. Já a região Centro Oeste não teve qualquer representação na pesquisa, em contrapartida, encontrou-se um representante do Chile.

Nas figuras 3 E 4 será possível verificar a relação da idade com o tempo de estadia em situação de rua. Os entrevistados serão divididos em grupos de faixas etárias entre 30 - 45 anos e entre 46 - 70 anos. O critério utilizado para esta divisão está, nos diferentes posicionamentos diante das perguntas realizadas, levando em consideração suas idades e ambições.

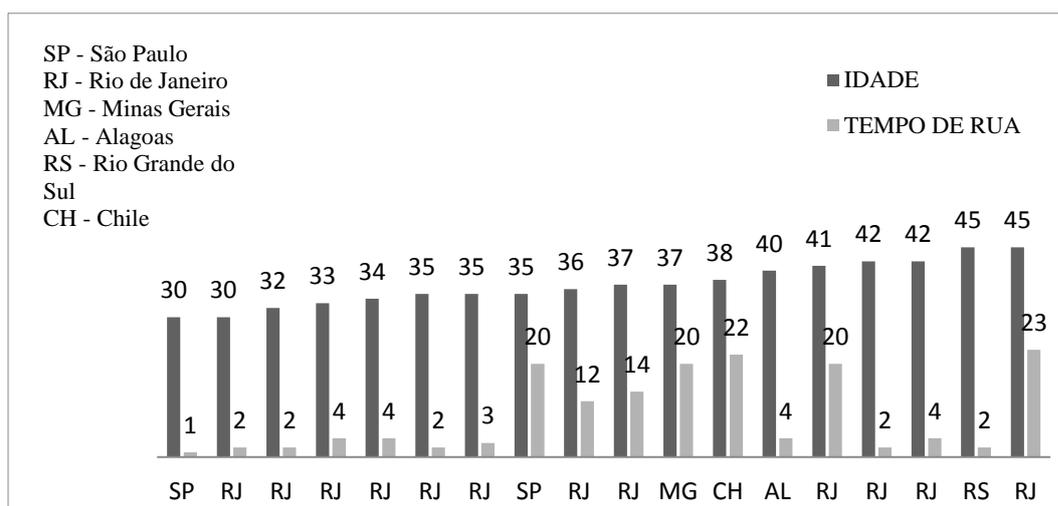


Figura 3 Gráfico da relação idade - tempo de rua, entre 30 e 45 anos:

Como ponto de partida desta avaliação, foi considerado o fator trabalho, como um dos elementos responsáveis para a inclusão social, assim como a migração, que tem como objetivo uma melhor oportunidade de qualidade de vida (Golgher, 2004). Este grupo caracterizou-se por manifestar um maior desejo de mudança. Verificou-se que a população acima dos 45 anos revela maior interesse em integrar-se no mercado de trabalho; estes representam a maior parcela da pesquisa (56% do total dos entrevistados).

Os jovens entre 30 e 45 anos, que na maioria são do estado do Rio de Janeiro (66,7%) revelavam ter pouco interesse em trabalhar, e aparentemente se mostravam em menos condições físicas e mentais, apesar do tempo de permanência na rua ser menor. Dentro deste mesmo grupo de jovens, alguns manifestaram abertamente que estariam envolvidos em atividades ilícitas ou no mercado de trabalho informal, e que consumiam drogas e álcool.

“Eu sou do rio mesmo, minha família é da baixada, não posso voltar para lá porque estou fugido da milícia, e para sobreviver na rua mexo com coisa errada”.

(M, 34 anos, morador de rua há 4 anos – RJ/2014)

Na figura 4, a relação do tempo de rua é bem maior, com uma média de 16 anos. Verifica-se também que este grupo qualifica-se, na maioria, como migrantes de diferentes regiões, com apenas 37,5% do estado do Rio.

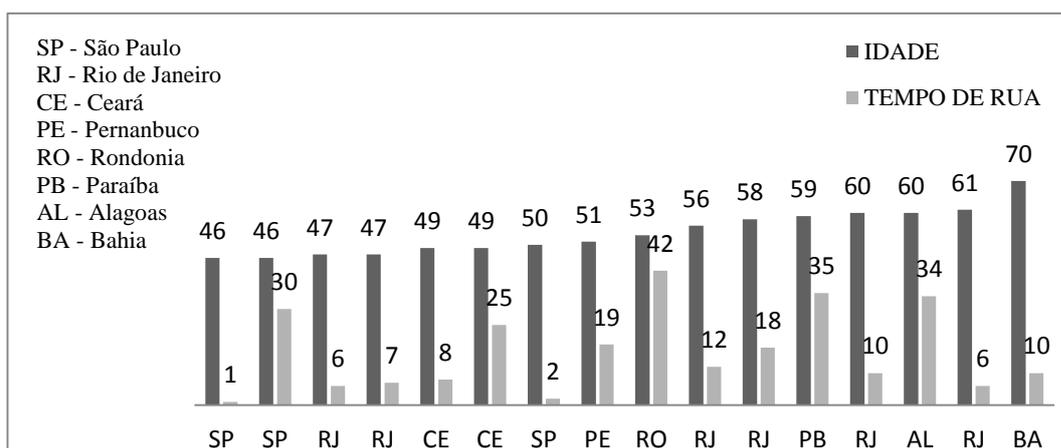


Figura 4 Gráfico da relação idade - tempo de rua, entre 46 e 70 anos:

Vale ressaltar que, apesar da população mais velha manifestar maior interesse em ter um trabalho, as oportunidades se revelam menores, precisamente pela idade ser superior a 40 anos.

“Eu tenho 58 anos, e trabalhei desde os 12, mas depois dos 45 anos ficou muito difícil conseguir um trabalho, fui fazendo algumas coisas, mas agora nenhuma porta se abre principalmente pela idade; vivemos no mundo globalizado e informatizado então não tem lugar para nós que ainda não aprendemos a mexer com tecnologia. Não é da nossa geração, apesar d’eu falar inglês e francês, se eu não sei informática não tenho valor para trabalhar”.

(C, 58 anos, morador de rua há 18 anos – RJ/2014)

Apesar do Rio de Janeiro apresentar cada vez menos oportunidades de trabalho, percebe-se que a migração ainda é uma realidade com forte presença, principalmente o “abandono” da região do nordeste. A pergunta que se impõe de imediato é: por que motivos permanecem no Rio, longe de suas famílias, sem emprego, e em situação de rua? Suas respostas são rápidas e pontuais quando afirmam que não pretendem regressar, pois suas localidades de origem são menos seguras e apresentam menos condições de sobrevivência.

“Minha família é toda de Paraíba, eu tenho 2 filhos lá mas não volto porque lá ainda é pior do que aqui. Não tem esse negócio de trabalho não, só se trabalha na roça e mesmo assim não dá nada. Eu também já acostumei aqui, já fiz amigos e sei onde posso ir para ter alguma ajuda... se voltasse para lá tinha de começar tudo do zero”.

(B, 59 anos, morador de rua há 35 anos – RJ/2014).

Nesta perspectiva, conclui-se que o tempo de permanência na rua acaba por determinar as chances de um morador sair da situação de rua. Quanto mais tempo ele estiver nessa condição, menores as probabilidades dele sair, (Bottil et al., 2009). Da mesma forma, quanto mais tempo um migrante estiver longe da sua região de origem, maiores as possibilidades de se desvincular dos laços familiares, aumentando assim, a insegurança em regressar, o que faz com que se acomode e permaneça na situação em que se encontra.

“Eu sou de Alagoas, mas já passou muito tempo que deixei meus amigos e família lá, na verdade já nem conheço ninguém lá. Se eu me deslocar vai ser como começar tudo de novo, passar por todas as dificuldades outra vez; e lá é pior que aqui não vou conseguir nada também. Aqui eu já tenho amigos, é como se fosse minha família, conheço todo o mundo”.

(M, 60 anos, morador de rua há 34 anos – RJ/2014)

Assim, esta parcela de moradores, que por consequência da longa estadia em situação de rua, desenvolveram hábitos e vínculos que fortalecem e fixam sua permanência na realidade em que se encontram. Em alguns casos demonstram vontade de ter um trabalho formal, mas se negam em mudar os seus estilos de vida, por se sentirem habituados à rua e estarem em “família”.

Por outro lado, observa-se que, atualmente, a cidade não é procurada somente pela busca de oportunidades de trabalho. Na realidade, as ruas das cidades tornaram-se uma escapatória ou mesmo uma fuga dos seus problemas, sejam eles familiares, financeiros ou de convivência, entre outros.

A rua passa a ser considerado um lugar bem mais “confortável” e “seguro” do que as próprias regiões, os próprios bairros, as próprias casas, e até mesmo, mais seguro que o próprio leito familiar. Por outras palavras, já não é, somente, a cidade que atrai, mas sim as problemáticas dos lugares de origem que os expulsam.

No próximo tópico, serão descritas algumas histórias de vida, com significativos relatos de moradores de rua, entrevistados para a conclusão do presente estudo.

4.3. Histórias de vida

Depois de uma profunda busca nos artigos, livros e enquadramentos históricos, com discursos baseados em bibliografia, finalizo esta pesquisa através de intensos relatos, dos próprios moradores que vivem nas ruas do Rio de Janeiro. Estas histórias foram coletadas em entrevista direta realizada pelo autor da pesquisa, será feita também uma tentativa de enquadramento nas categorias: “classe livre”, a “classe trabalhadora”, a “classe perigosa” e a “classe especial”.

✓ P, 41 anos - 8 de Nov. 2014.

“Eu sou da baixada, faz tempo que nem vou para lá nem sei se ainda conheço o caminho da casa onde nasci, quando eu vim para aqui foi há muito tempo, minha vida é por aqui mesmo, eu trabalho na barraquinha, mas com o que eu ganho não dá para alugar nada, às vezes eu vou para o hotel pago 25 reais, eu escolho os dias mais frios porque nem sempre dá para pagar”.

“Quanto às soluções, eu não sei, na verdade tenho muito medo das olimpíadas de 2016, porque eles vão querer limpar as ruas e vão fazer o que fizeram na copa pegar em nós e lançar-nos para longe na verdade eles só querem

dar uma maquiagem na cidade só para mostrar ao turista que o rio não tem moradores de rua”.

Entretanto, enquanto P. Falava, chegaram 2 amigos que de imediato se juntaram a conversa, contaram diferentes histórias sobre o que viram acontecer na altura da copa. Aparentemente este senhor se enquadraria na classe trabalhadora por se encontrar vinculado a uma atividade de trabalho regular.

✓ M, 60 anos - 16 de Nov. 2014.

“Sou de Alagoas e vim para o Rio há mais de 30 anos, cheguei para trabalhar no início foi fácil, comecei no comércio depois na construção civil, mas depois dos 40 é que começou a complicar, agora costumo fazer alguns bicos, mas sabes como é, por ser morador de rua pagam muito mal ou tem vezes que nem te pagam, sabem que nós precisamos, mas fazer o quê?

Eu procuro sempre trabalho, já fui a várias entrevistas, uns dizem logo que sou velho que não dá, outros quando pedem a morada, eu agora já aprendi, não podes dizer que és morador de rua, muito menos dizer que estás no abrigo, mandam-te logo embora”.

O M. terminou a entrevista emocionado, ao mesmo tempo mostrou alguma indignação, e repetiu duas vezes “estou nas mãos de Deus”. A classe mais adequada para o senhor M seria a classe livre, pois não tinha uma atividade regular e deambulava pelos diversos trabalhos e apoios sociais disponíveis.

✓ J, 51 anos - 8 de Nov. 2014.

“Eu estou na rua há 1 ano e 2 meses, porque separei-me da minha mulher, nós somos de Pernambuco, e mudámo-nos para tentar uma vida melhor, ela agora vive na casa dos pais com meus filhos.

Desde a separação que eu estou a tentar levantar-me, a culpa foi minha eu bebia bastante, mas sabes? eu acho que vou conseguir, consegui trabalho na “OI” ontem mesmo, olha aqui com carteira assinada e tudo, vou começar na segunda, quando receber vou alugar um espaço para mim “voltei a acreditar”.

Foi fácil perceber que J. estava muito contente, mostrou-nos o contrato da OI e os documentos com a carteira de trabalho nova, e até deixou que se tirasse uma fotografia para registar aquele momento, assim o senhor J se pode qualificar como classe trabalhadora com atividade de trabalho formal.

✓ B, 49 anos - 13 de Nov. 2014.

“Eu sou lá do interior do Ceará, e sabes, lá não tem nada, eu trabalhava, mas não tem essa coisa de carteira assinada, foi por isso que me mudei para o Rio há 5 anos, eu trabalhava certinho lá mas quando me vim embora não me deram nada e fui cozinheiro 27 anos sempre trabalhei certinho, agora eu estou desempregado há algum tempo não consigo nada por causa da idade, eu até já desisti um pouco.

Não tenho coragem de voltar apesar de ter dois filhos lá, eles estão com a mãe e sei que estão bem.

E olha essa coisa de ajudas não é bem assim não, eu tenho o sonho de voltar à cozinha... mas pior que as pessoas ai na rua é a prefeitura que ainda nos trata pior, tem ai umas pessoas que recolhem a gente “o choque de ordem” eles ganham uns 70 reais por cabeça, então eles nos obrigam a ir com eles, veem-nos a dormir pegam em nós de qualquer forma nos enfiam na van e temos de preencher uma ficha, depois levam-nos para longe lá no mato lá na ilha e largam-nos por lá, tens uns que vão para o abrigo da ilha ficam um tempo e depois vão embora porque lá não é um lugar bom , é pior que na rua, e a gente que foi largado lá vamos para onde? A gente volta a pé”.

A conversa com B. rendeu cerca de uma hora, ele parecia ter passado por muitas situações, embora não me conhecesse ele fez algumas revelações sobre as histórias de rua bem sérias. Neste caso certamente estávamos perante uma pessoa de classe livre, ele afirmava fazer alguns trabalhos mas percebia-se que não revelava ter muito interesse em fixar-se em uma atividade e que recorria com frequência aos apoios sociais disponíveis sem procurar outras alternativas.

✓ G, 35 anos - 15 de Nov. 2014.

“Eu sou mesmo daqui nasci cá no Rio, nunca trabalhei nem tenho estudos, sei lavar, cozinhar e isso eu acho que já dá para trabalhar, mas também eu não tenho documento, roubaram-me há 2 anos e até já perdi serviços por isso, e eu até estava com um “vestido bonitinho”.

Eu tenho a minha mãe, mas eu levei meu namorado a casa para ela conhecer, mas ela não aceitou, nós conhecemo-nos no abrigo ele me fazia carinho e começamos a namorar, mas Fabrício não quis ficar lá e eu fui para a rua com ele, ele me bate muito, mas ele me protege, ele disse que não vai me bater mais”.

G falava muitas coisas ao mesmo tempo foi difícil fazer um resumo da sua história, perguntou o meu nome mais de 5 vezes, esquecia-se do que falava e repetia vários assuntos, seguramente a G pertence à classe especial, notava-se facilmente pelo aspeto físico e psicológico que era uma pessoa com pouco equilíbrio emocional.

✓ C, 58 anos - 8 de Nov. 2014.

“Eu sou de Campos, e já vivo em situação de rua há 18 anos, quando cheguei ao Rio, ainda trabalhei, fui taxista durante 10 anos depois fui motorista, na verdade sempre trabalhei desde os 16 anos, mas depois dos 45 é assustador a forma de como perdemos valor, eu continuo a procura mas cada vez é mais difícil.

Toda a minha família é de Campos, eu não tenho condições de voltar já passou muito tempo toda a minha base é aqui por isso é aqui mesmo que tenho de ficar. Quanto às oportunidades de ajuda eu acho de deviam abrir mais possibilidades de trabalho para pessoas acima dos 40, vivemos no mundo globalizado e informatizado então não tem lugar para nós que ainda não aprendemos a mexer com tecnologia, não é da nossa geração, apesar de eu falar inglês e francês se eu não sei informática não tenho valor para trabalhar”.

Em poucos minutos percebi que estava perante uma pessoa com instrução e inteligência bem acima da média. O C sugeriu inclusivamente algumas ideias de como resolver a situação dos moradores de rua, e até falou de exemplos na Inglaterra e Espanha. Difícil fazer uma avaliação da classe adequada, poderia dizer que estaria em condições de uma classe de trabalho mas devido à idade, ele mesmo afirma já nem conseguir pequenos trabalhos, dessa forma é forçado a se qualificar como classe livre dependente tanto da sorte como dos apoios disponíveis.

✓ B, 53 anos - 8 de Nov. 2014.

“Eu nasci em Rondônia, mas quando meu pai morreu eu vim para cá, consegui trabalho quando cheguei, mas há muito que não consigo nada, não estou empregado e sinto-me desvalorizado até mesmo abandonado, com a minha idade é difícil mas a minha situação pior ainda. Eu procuro sempre trabalho e até carrego uma roupa limpa na mochila, olha lá, (abriu a mochila para mostrar) quando vou na entrevista na porta eu visto a roupa limpa e quando saio, logo que chego na rua troco de novo para não sujar é esta roupa que guardo para procurar trabalho, mas não tem jeito.

Como melhorias deviam começar pelos abrigos, eu não gosto de usar, lá é bem mais sujo que a rua e rola tudo, drogas cachaça, roubam e até matam lá dentro para te roubar o sapato, na verdade o abrigo é como um depósito de pessoas não tem cama dormimos no chão, então eu prefiro ficar mesmo pela rua, quando não me obrigam a ir. Sabes os monitores são grandes eu acho que eles não estudam para lidar com agente, mas com certeza praticam jiu-jitsu, porque eles dizem se nós não formos com eles que dão um “mata leão” e carregam-nos e eles fazem isso mesmo”.

Enquanto fechava a mochila, B. brincava com várias situações, era uma pessoa alegre, mas apesar de brincadeira percebia-se que eram assuntos sérios. Para o senhor B a classe adequada seria a classe livre, provavelmente pelo tempo de rua elevado e por já ter adotado estratégias independentes de sustento.

✓ I, 70 anos - 15 de Nov. 2014.

“Eu sou da Bahia, mas eu vivo no rio há muito tempo, estou na rua há 10 anos, eu trabalhei como faxineira mas agora o meu trabalho é catar latinhas. Tenho casa em Niterói onde vive a minha irmã, mas eu não me dou bem com ela e foi por isso que abandonei a minha casa, mas não quero falar mais não gosto de ficar falando da minha vida”.

Com a dona I. não foi uma aproximação fácil, parecia muito machucada com a vida nunca olhou nos meus olhos, falava de cabeça baixa e foi uma conversa muito curta, classe trabalhadora, apesar de desenvolver uma atividade não registrada.

”

■ ■ ■

Diante das histórias acima narradas, podemos perceber a diversidade de situações, e ao mesmo tempo repetitivas, sobre a vida de alguns moradores de rua. Inicialmente, procurava-se encontrar um perfil de pessoas que vieram para as metrópoles em busca de um trabalho, ou mesmo de uma melhor estrutura de vida, e por fim, o autor se deparou com um número surpreendente de pessoas que abandonaram seus lares por rupturas familiares, vícios, além da violência, dívidas, entre outros.

Alguns outros pernoitam nas ruas para ficarem próximo ao seu local de trabalho, ou “bicos”, como assim eles o denominam. Isto se dá, muitas das vezes, devido à distância, ou até mesmo pelo custo alto com transportes, como relata C, 40 anos, morador de rua há 4 anos – RJ/2014: “trabalho em descarga de caminhão, ou monto barracas lá no camelódromo na Uruguaiana; tem meses que consigo fazer 300 ou 400 reais em uns bicos aí, mas isso não dá para ir sempre pra casa. Eu vivo em Nova Iguaçu e fica caro, então fico por aqui mesmo próximo do trabalho”.

Finalizando este capítulo, o que se percebe é que a situação de rua está longe de ser resolvida. Existem várias instituições de apoio - “a maioria dos apoios são particulares e fazem mais do que o governo”, (A, 37 anos, morador de rua há 14 anos – RJ/2014) - que ajudam com alimentos e roupas, porém, estes tipos de iniciativas são, muitas das vezes, impedidas de serem feitas. Isso acontece porque a sociedade local incomoda-se com a concentração de moradores de rua, alegando que esses pontos que os acolhem e que os oferecem alimentos também atraem outros “sem teto”, de outras localidades, que se deslocam à procura desse auxílio. Em manifesto, estes residentes locais se agrupam e sempre conseguem impedir que essas instituições, continuem apoiando aos necessitados.

5. CONCLUSÃO

No decorrer desta pesquisa, encontraram-se realidades que não são desconhecidas e nem tão pouco novidades quando se referem aos temas da pobreza urbana e exclusão social. A migração, além de ser um fenômeno que acompanha todo o processo da industrialização e do capitalismo, se revela, também, através das diferentes formas de exclusão, como os grupos de pessoas que por diversas razões se encontram em situação de rua.

Para se chegar a esta conclusão, tomou-se como foco, as seguintes questões centrais: as dinâmicas migratórias e suas necessidades, uma qualificação e divisão social dos moradores em situação de rua (inclusão social do perfil deste grupo), a importância de uma proteção habitacional, e a função que a cidade exerce, atualmente, sobre seus habitantes (ela responde às necessidades básicas?). Por fim, foi desenhado um perfil específico, através de histórias de vida de pessoas que moram nas ruas, as quais são consideradas como uma das “causas” de desintegração social e espacial da cidade.

De imediato, conclui-se que a cidade vive uma divisão social bem acentuada, onde os desfavorecidos são obrigados a recorrer às suas próprias estratégias de sobrevivência. A divisão entre ricos e pobres, incluídos e excluídos, lembrados e esquecidos, são cada vez mais, uma marca que define a cidade.

Inicialmente, observou-se que os migrantes chegam aos grandes centros na perspectiva de encontrar um trabalho, e com o sonho de uma melhora de qualidade de vida. Posteriormente, percebeu-se que além destes, os motivos de migração abrangem situações bastante diversas já referidas no capítulo III, como problemas entre família, dívidas, vícios, etc.

Na sequência, analisou-se que a justificativa da migração e permanência deste grupo social em condições de rua, deve-se às seguintes razões:

- Quanto à migração de pessoas que chegam de outras localidades em busca de oportunidades, atualmente, se deparam com uma realidade bem diferente. Sem outra opção, decidem permanecer, mesmo que não encontrem emprego e que estejam na condição de rua, considerando encontrar ali “melhores condições” do que em suas regiões de origem. Garantem que mesmo na rua, eles obtêm oportunidades de algum tipo de rendimento e melhor acesso a alimentação.

- Outra grande parcela dos “sem abrigo” entrevistados, são nativos do estado do Rio, que se encontram nesta situação devido a rupturas familiares, ou por terem sido obrigados a abandonarem os seus lares sob ameaça da milícia ou de traficantes. Sendo assim, por segurança, permanecem pelo centro da cidade, sem opção de regresso.

- Uma outra parte significativa dos moradores de rua está no grupo de pessoas com idade abaixo dos 40 anos. Estes se apresentam, aparentemente em sua maioria, desequilibrados e envolvidos com algum tipo de atividade ilegal, além de vícios como o álcool e drogas. Além disso, à primeira vista, se apresentam em menos condições físicas e mentais, sobretudo demonstram ter menos vontade de procurar trabalho. Este cenário talvez seja a razão pela qual os seus familiares não os querem de volta, ao mesmo tempo em que esta “fase rebelde” não os impulsiona para algum tipo de planejamento de vida, optando assim, por permanecerem nas ruas.

- Finalmente, a uma parcela considerável e bastante surpreendente de pessoas acima dos 40 anos, é negado o trabalho devido à idade, apesar de demonstrarem um grande desejo em integrar-se no mercado. Além disso, deparam-se com a dificuldade de um emprego por falta de uma formação, ou até mesmo, de uma atualização, principalmente na área da tecnologia, por estarem há muitos anos nestas condições, permanecem nas ruas, onde se adaptam, se acomodam, e acabam por encontrar em seu novo ciclo, uma nova família.

Ao analisar estes aspectos, conclui-se que, o tempo de rua em que o indivíduo se encontra está diretamente ligado à sua perspectiva de mudança, ou seja, quanto mais tempo de rua, menor é a possibilidade de sair dela. Os vínculos familiares tornam-se cada vez mais distantes, ou até mesmo inexistentes, gerando assim, o seu próprio conceito de família. Este quadro revela uma visão futura preocupante, visto que a chegada de novos moradores de rua é crescente.

Verifica-se, dentro deste panorama, que novos conceitos de sociedade tomam proporção, e que cada vez mais conquistam espaço no cenário da pobreza urbana. Este tema já em destaque, tanto em meios acadêmicos, como em noticiários, discute as novas formas de convivência no meio urbano, em particular, a grande onda de medo e de insegurança que se propaga na sociedade. Portanto, conclui-se com esta afirmação, que a cidade vive, atualmente, uma nova

era, sendo necessário um estudo de novas estratégias, que visem ações imediatas de integração social.

Destacam-se, nesta conclusão, que a urbanização apresenta-se como um fenômeno mundial, despertando preocupações, tanto nos aspectos de impacto ambiental, associados ao descontrolado crescimento geográfico das cidades, quanto no ambiente de convívio social. O crescimento de novos grupos, ocupantes da cidade e com novas estratégias de sobrevivência, geram a insustentabilidade social, instabilidade, insegurança, caos urbano, violência, adensamento, aumenta o mercado informal, aumenta o tráfego, e aumenta a opção das ruas como “dormitório urbano”. Este panorama é o resultado dos limites de ocupação da cidade, já há muito ultrapassado.

Grandes eventos realizados na cidade do Rio de Janeiro, como por exemplo, a Copa das Confederações, a Jornada Mundial da Juventude e a Copa do Mundo de 2014, fizeram com que algumas estratégias fossem tomadas em relação aos moradores de rua. Tais estratégias não se revelaram eficazes, pois apenas maquiaram a situação, “expulsando-os” das áreas turísticas e centrais da cidade; assim relataram a maioria dos “sem abrigo” na entrevista realizada. Levando em consideração os próximos eventos, como as Olimpíada de 2016, não se sabe quais medidas serão adotadas para uma real solução, pois a função social da cidade está cada vez mais comprometida e sem capacidade de responder aos direitos fundamentais que são de toda a sociedade, e que devem atender tanto aqueles que nela habitam, como aos que dela se utilizam.

A partir desta análise, foi possível concluir, com maior clareza, que estamos perante a uma nova estrutura social, em que se apresenta cada vez mais crescente, e que demonstra estar em situação de descontrole. Cabe aos Estados encontrar um meio de integração dos seus próprios habitantes, como forma de minimizar a desproporção da “mancha urbana”. A falta de infraestruturas, tais como serviços públicos, programas de segurança e educação, de saúde, de habitação de caráter popular, de transportes coletivos, de saneamento básico entre outros, são para essas regiões, fatores tanto de expulsão como de atração. Portanto, a implementação destes equipamentos iria assegurar, a todos, condições de igualdade para usufruir dos bens gerados pela civilização. Conclui-se assim, que o acesso a estas condições não seja disponível apenas para alguns, ou somente em centros urbanos.

Por fim, vale destacar que chegamos ao final desta pesquisa com diferentes campos de atuação em aberto, e de novas possibilidades de estudo. O autor sugere um estudo das políticas sociais, já existentes, que serão adotadas para os próximos anos e que vise minimizar o retrato de desigualdade social em que se encontra a cidade do Rio de Janeiro. Conclui-se assim, com a certeza de que todo final é sempre uma nova oportunidade de novos começos.

REFERÊNCIAS

ACIOLY, C.; DAVIDSON, F. **Densidade Urbana: Um instrumento de planejamento e gestão urbana**, 1998. 104p. Mauad Editora Ltda.

BARCELLOS, T. **Migrações internas: os conceitos básicos frente à realidade da última década**. “Ensaio FEE”, v. 16, n. 1, pp. 296-309. 2008.

BARROS, R.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**, 2001. 24p.

BERNARDI, L. **Funções sociais da cidade: conceitos e instrumentos**. “Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Paraná”, 2006.

BOTTIL, L et al.. **Condições de saúde da população de rua da cidade de Belo Horizonte**. “Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health”, v. 1, n. 2, pp. 164-179. 2009.

BRANCO, C.A. **“QUESTÃO SOCIAL” NA ORIGEM DO CAPITALISMO: pauperismo e luta operária na teoria social de Marx e Engels**. 2006. Tese de Doutorado.

BRITO, F. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes**. **Belo Horizonte**, 2009. 20p. UFMG/Cedeplar.

BURSZTYN, M.; et al.. **No meio da rua: Nômades, Excluídos e Viradores**, 2000. “Editora Garamond Ltda”.

CASTEL, R. **Les metamorphoses de la question sociale: une chronique du salarial**, 1995. Paris: Fayard.

COSTA, M. **02. População em situação de rua: contextualização e caracterização**. “Textos & Contextos”, v. 4, n. 1, pp. 1-15. 2006. Porto Alegre

COSTA, R.; SILVA, C.; COHEN, S. **A origem do caos – a crise de mobilidade no Rio de Janeiro e a ameaça à saúde urbana**. The origin of chaos – the mobility crisis in Rio de Janeiro and the threat to urban health. Cad. “Metrop, São Paulo, v. 15”, pp. 411-43. 2013.

DAVIDOVICH, F. **Estado do Rio de Janeiro: singularidade de um contexto territorial**, 2013. 17p. “Instituição do IBGE”.

DAVIS, M. **Planet of slums** (Londres, Verso), 2006. 272p. Boitempo Editorial.

DEÁK, C; SCHIFFER, R. (Ed.). **O processo de urbanização no Brasil**, 1999. Edusp.

DECRETO Nº 591. **Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Promulgação. 6 de Julho de 1992.

DEMO, P. **Charme da exclusão social**, 1998. Autores Associados.

DUCHIADE, M. **Poluição do Ar e Doenças Respiratórias: Uma Revisão “Air Pollution and Respiratory Diseases: A Review”**, 1992. 20p.

FERREIRA, F. **População em situação de rua, vidas privadas em espaços públicos: o caso de Belo Horizonte 1998–2005**, 2006.

GOLGHER, B. **Fundamentos da migração**. 2004. 49p. “Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar”.

GONÇALVES, J. **Migrações Internas: evoluções e desafios**. “Estudos Avançados”, v. 15, n. 43, pp. 173-184. 2001.

GUIMARÃES, A. **Classes, raças e democracia**, 2002. Editora 34.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2013. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/> Acesso em: 15 out. 2014

JACOB, C et al.. **Atlas das condições de vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro**, 2014. 182p. Editora PUC-RIO.

KI-MOON, B. **Mensagem do secretário-geral da ONU, para o Dia Internacional dos Migrantes**. Disponível em: <http://www.unicrio.org.br/rejeitar-a-xenofobia-e-abracar-a-migracao-e-essencial-para-o-desenvolvimento-diz-secretario-geral-da-onu/> Acesso em: 18, set. 2014).

MATOS, C. **Migrações: decisões individuais e estruturas sociais**, 1993. SOCIUS Working Papers.

MATTOS, R.; FERREIRA, R. **Quem vocês pensam que (elas) são? – Representações sobre as pessoas em situação de rua: Psicologia & Sociedade**, 2004. 58p.

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado**, 1999. 47p. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

MONTEIRO, T.; et al.. **Imigrantes sem-abrigo em Portugal, Observatório da imigração**. Dez, 2013. 172p.

MOULIN, C; TABAK, J. **Humanitarianism and the global favela: urban violence and humanitarian action in Rio de Janeiro**. “Contexto Internacional”, v. 36, n. 1, pp. 43-74. 2014.

NAVARRO, L.; et al. **Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo**. Psicologia & Sociedade, v. 19, n. 1, p. 57-65. 2007.

(MRE) MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Dados atuais referentes à mobilidade humana**, 2008. 4p.

OLIVEIRA, F. **Questão social e criminalização da pobreza: aportes para a compreensão do novo senso comum penal no Brasil**, 2010. 110p. Dissertação.

PACHECO, C; PATARRA, N. **Movimentos migratórios nos anos 80: novos padrões**. “Encontro Nacional sobre Migração”, v. 1, pp. 445-462. 1997.

PADRE VIEIRA, A. **Sermão de Santo António, Sermões, VII**, pp.64. (século XVII)

PASSOS, J. **Teogonias Urbanas: os pentecostais na passagem do rural ao urbano**, “São Paulo Perspec”, vol.14 pp. 120-128. 2000.

PATEL, B.; BURKE, F. **Urbanization - an emerging humanitarian disaster**. “New England Journal of Medicine”, v. 361, n. 8, pp. 741-743. 2012.

PDTU. **Plano Diretor de Transporte Urbano, Região Metropolitana, no sistema ferroviário do Rio de Janeiro**. Secretaria de estado de transportes. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/setrans/exibeconteudo?article-id=226287> Acesso em: 22, out. 2014).

PEGORETTI, M.; SANCHES, S. **A problemática da Segregação Espacial dos Residentes na Área Rural: Uma visão Através da Dimensão Acesso e do Sistema de Transportes**, 2004. Anais do II Encontro da ANPPAS, SP.

PORTELA, A.; et al.. **Segregação social e densidade urbana: o geoprocessamento como instrumento de análise**. 2013. Anais: Encontros Nacionais da ANPUR 10.

PRETECEILLE, E.; VALLADARES, L. **A desigualdade entre os pobres-favela, favelas. Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro**, 2000. 459-85p. IPEA.

PRONI, M.; HENRIQUE, W. **A evolução recente das classes sociais no Brasil. Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90**, 2004. 15p. (Editora, Unesp).

PHILLIPS, D. **SAGRADA, HABITAÇÃO. Um estudo sobre os significados religiosos das habitações**. Nov. 2007. 73p. Artigo.

PULS, M. **Arquitetura e filosofia**, 2006. 587p. Editora, Annablume.

RANDOLPH, R.; GOMES, P. **Urbanização, movimento pendular e migração: surgem novas territorialidades em áreas peri-metropolitanas? O caso do Rio de Janeiro**. Out, 2007. V Encontro Nacional sobre Migração.

RIBEIRO, L. **Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro. “O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade”**, 2000. 63p.

RIBEIRO, V; SOARES, G; DACOSTA, P. **Percepção sobre o legado dos megaeventos esportivos no Brasil: “o caso da Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos Rio 2016”**. Rev. Bras. Ciênc. Esporte, v. 36, n. 2, pp. 447-466. 2014.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: Afinal, do que se trata? Rio de Janeiro**, 2003. FGV Editora.

SANTOS, O.; SILVA, F. **Há dignidade no trabalho com o lixo?: considerações sobre o olhar do trabalhador**. “Revista Mal Estar e Subjetividade”, v. 9, n. 2, pp. 689-716. 2009.

VALLADARES, L. **A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais**, 2006. 30p. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

VAZ, F. **Novas questões sobre a habitação no Rio de Janeiro: o esvaziamento da cidade formal e o adensamento da cidade informal**, 1998. “In: Anais do XXI International Congress Latin American Studies Association”. (Congress).

WEBER, M. **The theory of social and economic organization**, 2009. Simon and Schuster.

WOOD, E. **A origem do capitalismo. Rio de Janeiro**, 2001. Jorge Zahar Editor.

Internet:

MDS.gov.br, **População em situação de rua.** Disponível em:
<<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/pse-protecao-social-especial/populacao-de-rua/populacao-em-situacao-de-rua> >
Acesso em 22 nov. 2014.

O GLOBO RIO, **Um retrato do morador de rua do Rio.** Disponível em:<
<http://oglobo.globo.com/infograficos/moradores-de-rua/> > Acesso em 12 nov.
2014.

REALTY TODAY, **Tomtom's Traffic Index Finds World's Most Traffic-Clogged Cities.** Disponível em:
<<http://www.realtytoday.com/articles/6161/20140726/tomtom-s-traffic-index-finds-world-clogged-cities.htm> > Acesso em 5 dez. 2014.

TOMTOM, **TomTom Americas Traffic Index.** Disponível em:
<<http://www.tomtom.com/lib/doc/pdf/2014-05-14%20TomTomTrafficIndex2013annualAme-mi.pdf> > Acesso em 5 dez. 2014.